

Havan S.A.

Demonstrações Financeiras

Em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019 com relatório do auditor independente

Índice

COMENTÁRIO DE DESEMPENHO 4º TRIMESTRE DE 2021	1 de 14
1. MENSAGEM DA DIRETORIA	1 de 14
2. VALORES CORPORATIVOS	1 de 14
3. DESEMPENHO FINANCEIRO	1 de 14
4. ENDIVIDAMENTO/DISPONIBILIDADES LÍQUIDAS	2 de 14
5. DESEMPENHO OPERACIONAL	2 de 14
6. ANÁLISE DA CARTEIRA DE CRÉDITO	2 de 14
7. PREMIAÇÕES	3 de 14
8. PROJETOS QUE APOIAMOS	3 de 14
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	3 de 14
Balancos patrimoniais	4 de 14
Demonstrações dos resultados	4 de 14
Demonstrações dos resultados abrangentes	4 de 14
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	4 de 14
Demonstrações dos fluxos de caixa	4-5 de 14
Demonstrações do valor adicionado	5 de 14
1. Contexto operacional	5 de 14
2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis	5 de 14
3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas	8 de 14
4. Caixa e equivalentes de caixa	8 de 14
5. Aplicações financeiras	8 de 14
6. Contas a receber de clientes	8 de 14
7. Estoques	9 de 14
8. Impostos a recuperar	9 de 14
9. Investimentos	9 de 14
10. Imobilizado	9 de 14
11. Partes relacionadas	10 de 14
12. Empréstimos, financiamentos e debêntures	10 de 14
13. Fornecedores	11 de 14
14. Obrigações tributárias	11 de 14
15. Imposto de renda e contribuição social	11 de 14
16. Arrendamentos	11 de 14
17. Outros passivos	12 de 14
18. Provisão para contingências de riscos tributários, cíveis e trabalhistas	12 de 14
19. Patrimônio líquido	12 de 14
20. Instrumentos Financeiros	13 de 14
21. Receita operacional líquida	14 de 14
22. Gastos por natureza	14 de 14
23. Resultado financeiro	14 de 14
24. Outras receitas (despesas) operacionais	14 de 14
25. Transações que não afetaram o caixa	14 de 14

COMENTÁRIO DE DESEMPENHO 4º TRIMESTRE DE 2021

1. MENSAGEM DA DIRETORIA

Um ano de muitos desafios e com muitas conquistas e motivos para celebrar. O ano 2021, alcançamos o maior faturamento da nossa história! Porém, melhor do que nosso recorde em vendas, esse ano foi o ano de nossas Bodas de Coral.

35 anos de casamento com nosso fundador e presidente do conselho.
35 anos de casamento com nosso primeiro colaborador.
35 anos de casamento com nossos primeiros clientes.
35 anos de casamento com nossos primeiros fornecedores.
35 anos de crescimento e amor pelo que fazemos, visando sempre promover o desenvolvimento econômico e social do Brasil e seguindo a nossa missão de surpreender e encantar a todos.

Isso diz muito sobre a Havan. Somos uma Companhia que desde seu princípio foi focada em relacionamento sustentável e de longo prazo. Um relacionamento ganha-ganha com clientes, colaboradores, fornecedores, a sociedade e o acionista. Acreditamos muito em relacionamentos assim, e por isso temos uma Companhia de sucesso. Crescemos ano após ano, com resultados positivos e gerando caixa. Uma Companhia que acredita e por isso investe no Brasil.

Felizmente o ano de 2021 não foi um 2020 parte II, quando apenas igualamos o faturamento do ano anterior. Mas, mesmo assim, foi um ano extremamente desafiador. Tivemos impactos de uma segunda onda do COVID 19 no primeiro semestre do ano, por exemplo. Tivemos muitas restrições de horários e dias de abertura de nossas megalojas. Porém, como dito anteriormente, batemos recorde em faturamento, R\$ 12,6 bilhões, um crescimento de 19,6% em relação ao 2020, mas melhor que isso foi o crescimento em nosso Lucro Bruto, R\$ 3,3 bilhões, 23,6% de crescimento em relação ao 2020. Dessa maneira, alcançamos o maior lucro de nossa Companhia dos últimos 3 anos.

Encerramos o ano com 168 megalojas. Foram inauguradas 15 novas filiais, acrescentando quase 100.000 m² de área de vendas. Estamos presentes em 21 Unidades da Federação. Chegamos no Maranhão, Paraíba, Piauí e Sergipe, não somente levando novas oportunidades de uma experiência de compras diferenciada para nossos clientes dessas localidades, como também gerando mais empregos e desenvolvimento nessas novas regiões. Além dessas novas regiões, vale ressaltar a consolidação que estamos promovendo de nossa marca no Rio Grande do Sul, foram 5 novas lojas em 2021. Vale também ressaltar a inauguração da megaloja de Osasco, às margens da Marginal Tietê, primeira na região oeste da zona metropolitana de São Paulo.

Nos encontramos em um processo de transformação digital, aprimorando constantemente a experiência de nossos clientes por meio de soluções tecnológicas desenvolvidas no Havan Labs, laboratório de inovação da Havan. Com o Ship From Store criamos um centro de distribuição em todas as nossas megalojas, otimizando o tempo de entrega. Já com o Retira Fácil ou Pick-Up In Store, permitimos que o cliente compre online e retire na megaloja mais próxima, economizando no frete.

Somente em 2021, geramos mais de 2 mil vagas na Havan, crescemos mais de 10% o número de colaboradores da Companhia. Dos 22 mil colaboradores, 68% são mulheres. Em nossos postos de gestão, 63,5% são do sexo feminino. Ainda que o varejo seja conhecido, muitas vezes, como a porta de entrada para o mercado de trabalho, mais de 25% de nossos colaboradores têm mais que 40 anos. São quase 1.800 colaboradores com seis ou mais anos de Companhia e temos 15 nacionalidades distintas trabalhando conosco. Além de criar oportunidades, prezamos pela qualidade do local de trabalho, Havan é certificada como uma das melhores empresas para se trabalhar no Brasil segundo o Great Place To Work (GPTW).

Durante o ano de 2021, tivemos uma nota de 80,39 de NPS - Net Promoter Score. Nem por isso acreditamos que não possamos melhorar. Todos os nossos clientes que nos deram notas entre 0 e 6, classificando-se como detratores são contactados e entendemos o fato que gerou essa nota, tratando não somente esse potencial problema pontual, como também problemas futuros similares na rede. Vemos a eficiência desse processo quando vemos a evolução de nossa nota. Apenas no último semestre desse ano, alcançamos a impressionante marca de 85,60.

Foram 35 anos com realizações maravilhosas e não esperamos diferente do próximo ano que está por vir. Continuaremos buscando por relacionamentos saudáveis e sustentáveis. Sempre mirando o longo prazo e sustentabilidade da Companhia, gerando empregos, abrindo lojas, buscando por resultado positivo e pela geração de caixa. Acreditando assim que muitas outras bodas virão, que os filhos, netos e bisnetos de nossos stakeholders estejam nessa jornada com a Havan.

Com certeza todas essas realizações só foram possíveis com o esforço de cada um de nossos colaboradores, fornecedores, parceiros e clientes, por isso expressamos o nosso mais sincero MUITO OBRIGADO!

Brusque, 27 de janeiro de 2022.
A DIRETORIA

2. VALORES CORPORATIVOS

Somos guiados por aquilo que acreditamos e nós acreditamos no Brasil, por isso temos valores que norteiam nossas tomadas de decisões, mostram nossa identidade e refletem em nossos comportamentos e atitudes:

PROPÓSITO	Promover o desenvolvimento econômico e social do Brasil
NEGÓCIO	Proporcionar prazer em comprar
MISSÃO	Surpreender e encantar a todos
VISÃO	Ser a melhor loja de departamentos do Brasil
VALORES	Ética, atitude, simpatia, humildade e comprometimento

A Havan tem como posicionamento estratégico oferecer soluções diferenciadas ao cliente, fundamentado em escala operacional, marketing agressivo, utilizando marcas líderes no mercado e próprias e oportunizando o crescimento pessoal.

3. DESEMPENHO FINANCEIRO

A Companhia apresenta seus resultados do quarto trimestre de 2021 (4T21) e do ano de 2021 (12M21), assim como os saldos comparativos para o mesmo exercício do ano de 2020 e de 2019.

Desempenho financeiro - 4T2021

Resultado (R\$ milhares)	Controladora		Consolidado					
	4T2021	A.V.	4T2020	A.V.	Var.	4T2019	A.V.	Var.
Receita bruta	4.095.049	131,7%	3.757.674	134,0%	9,0%	3.378.426	134,7%	11,2%
Impostos e cancelamentos	(986.565)	-31,7%	(954.338)	-34,0%	3,4%	(870.741)	-34,7%	9,6%
Receita operacional líquida	3.108.484	100,0%	2.803.336	100,0%	10,9%	2.507.685	100,0%	11,8%
Custo de mercadorias vendidas	(1.952.480)	-62,8%	(1.831.789)	-65,3%	6,6%	(1.561.071)	-62,3%	17,3%
Lucro bruto	1.156.004	37,2%	971.547	34,7%	19,0%	946.614	37,7%	2,6%
Margem bruta %	37,2%		34,7%		2,5 p.p.	37,7%		-3,1 p.p.
Despesas gerais e administrativas	(88.464)	-2,8%	(109.234)	-3,9%	-19,0%	(169.359)	-6,8%	-35,5%
Despesas com vendas	(539.791)	-17,4%	(369.690)	-13,2%	46,0%	(408.794)	-16,3%	-9,6%
Outras receitas (despesas) operacionais	(870)	0,0%	(1.643)	-0,1%	-47,0%	(4.507)	-0,2%	-63,5%
Lucro operacional (EBIT)	552.147	17,8%	490.980	17,5%	12,5%	363.954	14,5%	34,9%
(+) Depreciações e amortizações	70.293	2,3%	79.037	2,8%	-11,1%	66.267	2,6%	19,3%
EBITDA	622.440	20,0%	570.017	20,3%	9,2%	430.221	17,2%	32,5%
Margem EBITDA %	20,0%		20,3%		-0,3 p.p.	17,2%		3,2 p.p.
Resultado financeiro	(104.226)	-3,4%	(157.221)	-5,6%	-33,7%	(107.951)	-4,3%	45,6%
Lucro antes dos impostos	447.921	14,4%	333.759	11,9%	34,2%	256.003	10,2%	30,4%
Imposto de renda e contribuição social	(111.937)	-3,6%	(79.190)	-2,8%	41,4%	(41.191)	-1,6%	92,3%
Lucro líquido do exercício	335.984	10,8%	254.569	9,1%	32,0%	214.812	8,6%	18,5%
Margem líquida	10,8%		9,1%		1,7 p.p.	8,6%		0,5 p.p.

Desempenho financeiro - 12M2021

Resultado (R\$ milhares)	Controladora		Consolidado					
	12M2021	A.V.	12M2020	A.V.	Var.	12M2019	A.V.	Var.
Receita bruta	12.579.777	131,6%	10.519.971	132,2%	19,6%	10.532.861	133,3%	-0,1%
Impostos e cancelamentos	(3.023.662)	-31,6%	(2.561.929)	-32,2%	18,0%	(2.629.347)	-33,3%	-2,6%
Receita operacional líquida	9.556.115	100,0%	7.958.042	100,0%	20,1%	7.903.514	100,0%	0,7%
Custo de mercadorias vendidas	(6.233.499)	-65,2%	(5.270.814)	-66,2%	18,3%	(5.220.807)	-66,1%	1,0%
Lucro bruto	3.322.616	34,8%	2.687.228	33,8%	23,6%	2.682.707	33,9%	0,2%
Margem bruta %	34,8%		33,8%		1,0 p.p.	33,9%		-0,2 p.p.
Despesas gerais e administrativas	(290.742)	-3,0%	(217.757)	-2,7%	33,5%	(294.510)	-3,7%	-26,1%
Despesas com vendas	(1.756.417)	-18,4%	(1.430.232)	-18,0%	23,1%	(1.514.801)	-19,2%	-5,6%
Outras receitas (despesas) operacionais	14.671	0,2%	271.360	3,4%	-15,5%	(2.520)	0,0%	10868%
Lucro operacional (EBIT)	1.315.396	13,8%	1.310.599	16,5%	-16,4%	870.876	11,0%	50,5%
(+) Depreciações e amortizações	287.462	3,0%	299.098	3,8%	-3,9%	234.915	3,0%	27,3%
EBITDA	1.602.858	16,8%	1.609.697	20,2%	12,7%	1.105.791	14,0%	45,6%
Margem EBITDA %	16,8%		20,2%		-1,2 p.p.	14,0%		6,2 p.p.
Resultado financeiro	(706.090)	-7,4%	(604.130)	-7,6%	52,4%	(333.487)	-4,2%	81,2%
Lucro antes dos impostos	609.306	6,4%	706.469	8,9%	-14,3%	537.389	6,8%	31,5%
Imposto de renda e contribuição social	(78.431)	-0,8%	(207.054)	-2,6%	-64,2%	(108.965)	-1,4%	90,0%
Lucro líquido do exercício	530.875	5,6%	499.415	6,3%	6,4%	428.424	5,4%	16,6%
Margem líquida	5,6%		6,3%		-0,7 p.p.	5,4%		0,9 p.p.

A seguir demonstramos os principais dados econômicos e operacionais da Havan:

Saldos comparativos para o mesmo exercício do ano de 2020 e de 2019

(Em R\$ milhões)	Controladora		Consolidada	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2020	31/12/2019
Quantidade Total de Lojas Físicas	168	152	152	140
Área Total de Vendas (m2)	815.247	713.589	713.589	640.218
Área Média de Vendas por Loja (m2)	4.853	4.695	4.695	4.573
Same-Store Sales %	18,9%	-3,8%	-3,8%	32,5%
Receita Bruta	12.579.777	10.519.971	10.519.971	10.532.861
Receita Bruta por m2 de Área de Venda (R\$ mil)	15	15	15	16
Receita líquida	9.556.115	7.958.042	7.958.042	7.903.514
Lucro Bruto	3.322.616	2.687.228	2.687.228	2.682.707
Margem Bruta %	34,8%	33,8%	33,8%	33,9%



Saldos comparativos para o mesmo exercício do ano de 2020 e de 2019 - Continuação

(Em R\$ milhões)	Controladora		Consolidada	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2020	31/12/2019
EBIT	1.315.396	1.310.599	870.876	
Margem EBIT %	13,8%	16,5%	11,0%	
(+/-) Pagamento do Passivo de Arrendamento	(299.729)	(338.620)	(274.400)	
(+/-) Amortização de Direito de Uso	155.969	181.153	146.837	
EBIT Ajustado	1.171.636	1.153.132	743.313	
Margem EBIT Ajustado %	12,3%	14,5%	9,4%	
EBITDA	1.602.858	1.609.697	1.105.791	
Margem EBITDA %	16,8%	20,2%	14,0%	
(+/-) Pagamento do Passivo de Arrendamento	(299.729)	(338.620)	(274.400)	
EBITDA Ajustado	1.303.129	1.271.077	831.391	
Margem EBITDA Ajustada %	13,6%	16,0%	10,5%	
Lucro Líquido	530.875	499.415	428.424	
Margem Líquida %	5,6%	6,3%	5,4%	
(+/-) Encargos do Passivo de Arrendamento	205.622	238.390	197.253	
(+/-) Pagamento do Passivo de Arrendamento	(299.729)	(338.620)	(274.400)	
(+/-) Amortização de Direito de Uso	155.969	181.153	146.837	
(+/-) Despesas Financeiras FIDC	707.781	555.519	406.656	
(+/-) Impacto Fiscal	(291.678)	(216.390)	(161.958)	
Lucro Líquido Ajustado	1.038.839	919.467	742.812	
Margem Lucro Líquido Ajustado %	10,9%	11,6%	9,4%	
NOPAT Ajustado	773.280	761.067	490.587	
Capital de Giro (Estoques + Contas a Receber - Fornecedores)	1.663.680	800.060	1.639.893	
Imobilizado e Intangível	1.484.160	1.161.222	805.936	
Capital Total Investido	3.147.840	1.961.282	2.445.829	
ROIC	24,6%	38,8%	20,1%	
Dívida bruta	2.362.872	2.649.302	1.789.341	
Caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e instrumentos financeiros	1.313.071	2.716.334	838.250	
Dívida Líquida	1.049.801	(67.032)	951.091	

Destacamos que a Havan S.A. vende os recebíveis do cartão Havan para o Havan Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios ("FIDC"), empresa considerada parte relacionada através dos seus investidores. Caso a Companhia não vendesse os títulos e utilizasse o mesmo método de reconhecimento para esses títulos obteríamos um resultado consolidado expresso da seguinte forma:

(Em R\$ milhões)	Controladora		Consolidada	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2020	31/12/2019
Lucro Líquido Ajustado	1.038.839	919.467	742.812	
(+) Receitas Financeiras FIDC - Juros cobrados	167.454	140.248	141.306	
(-) Perdas de Créditos	(184.273)	(319.578)	(165.867)	
(+/-) Impacto Fiscal	5.719	60.972	8.351	
Lucro Líquido Ajustado dos Impactos FIDC	1.027.739	801.109	726.602	

A seguir demonstramos os principais indicadores da Companhia:

	Controladora		Consolidada	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2020	31/12/2019
Liquidez				
Liquidez Geral (LG)	0,66	0,73	0,66	
Liquidez Corrente (LC)	1,33	1,54	1,28	
Liquidez Seca (LS)	0,93	1,26	0,97	
Liquidez Imediata (LI)	0,32	0,67	0,23	
Endividamento				
Endividamento Geral (EG)	91,50%	87,30%	91,00%	
Endividamento Geral (EG) - sem dividendos e partes relacionadas	89,40%	87,20%	89,80%	
Capitalização (CAP)	8,50%	12,70%	9,00%	
Capitalização (CAP) - sem dividendos e partes relacionadas	10,60%	12,80%	10,20%	
Proporcionalidade do Endividamento (PE)	42,90%	38,80%	43,30%	
Rentabilidade				
Taxa Retorno Patrimônio Líquido (TRPL)	66,90%	37,80%	57,80%	
Taxa Retorno de Investimento (TRI)	5,70%	4,80%	5,20%	
Margem de Lucro (ML)	5,60%	6,30%	5,40%	
Anos Recuperação Capital	1,5	2,65	1,73	
Giro do Ativo (GA)	1,02	0,77	0,96	
Atividade				
Prazo Médio de Recebimento de Vendas (PMRV)	86	110		
Prazo Médio de Renovação dos Estoques (PMRE)	82	78		
Prazo Médio de Pagamento de Compras (PMPC)	141	160		
Ciclo Operacional (CO)	168	188		
Ciclo Financeiro (CF)	27	28		
Índice de Atividade de Giro do Ativo Total	102,00%	76,50%	95,50%	

4. ENDIVIDAMENTO/DISPONIBILIDADES LÍQUIDAS

	Controladora		Consolidada	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2020	31/12/2019
Empréstimos e financiamentos (circulante)	687.971	811.053	929.882	
Empréstimos e financiamentos (não circulante)	1.674.901	1.838.249	859.459	
Dívida bruta	2.362.872	2.649.302	1.789.341	
(-) Caixa e equivalentes de caixa	1.290.606	1.946.577	314.836	
(-) Aplicações financeiras	-	741.863	517.057	
(-) Instrumentos financeiros	22.465	27.894	6.357	
Dívida Líquida	1.049.801	(67.032)	951.091	
Total do patrimônio líquido	793.845	1.321.122	741.388	
Dívida Líquida e patrimônio líquido	1.843.646	1.254.090	1.692.479	
Quociente de alavancagem	57%	-5%	56%	

Em março de 2021 a Companhia efetuou uma nova deliberação de debêntures com o Santander no montante de R\$ 200.000 e em abril de 2021 captou R\$ 500.000 via emissão de notas promissórias, com remuneração de CDI + 1,75% a.a., com prazo de pagamento do principal de 2 anos.

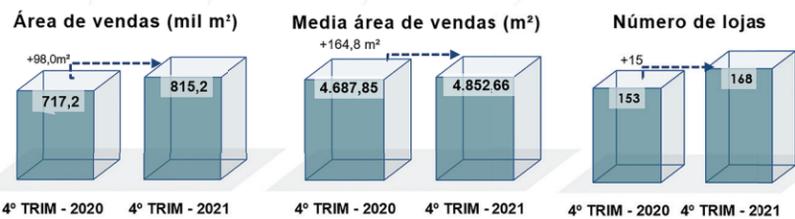
5. DESEMPENHO OPERACIONAL

Durante o exercício de 2021 a Companhia inaugurou 15 megalojas (4 lojas no 4º trimestre), totalizando 168 megalojas e 1 e-commerce em operação no Brasil em 815.247 mil m2 de área de vendas disponíveis ao final de dezembro de 2021. Com as inaugurações de 2021, ampliamos nossa área de vendas em 98 mil m² com relação a 31 de dezembro de 2020.

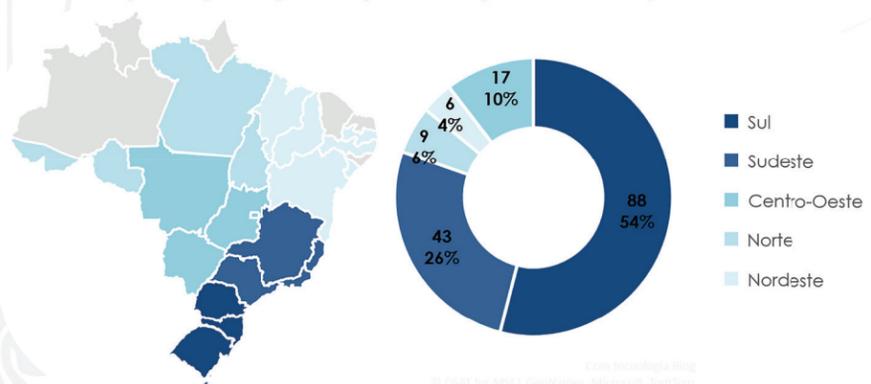
Novas lojas 2021

	Região	Estado	Inauguração	Área de vendas
BALNEÁRIO PIONEIROS	Sul	SC	14/01/2021	4.580
CAPÃO DA CANOA	Sul	RS	21/01/2021	5.530
TERESINA	Nordeste	PI	27/04/2021	7.055
OSASCO	Sudeste	SP	29/04/2021	7.885
RESENDE	Sudeste	RJ	20/05/2021	5.924
MONTES CLAROS	Sudeste	MG	27/05/2021	6.130
ARACAJU	Nordeste	SE	17/06/2021	7.172
PORTO VELHO 2	Norte	RO	08/07/2021	6.773
RIO GRANDE	Sul	RS	29/07/2021	6.500
PORTO ALEGRE	Sul	RS	12/08/2021	7.380
SÃO LUIS	Nordeste	MA	02/09/2021	7.032
CONCÓRDIA	Sul	SC	21/10/2021	5.230
LAJEADO	Sul	RS	04/11/2021	6.841
CANELA	Sul	RS	02/12/2021	6.500
JOÃO PESSOA	Nordeste	PB	14/12/2021	7.474
Total de novas áreas de vendas				98.006

Como as lojas inauguradas cada vez mais apresentam uma área maior do que a média da rede, acabam já inicialmente vendendo mensalmente um valor próximo a média vendida de lojas da rede, em alguns casos até acima da média, principalmente em regiões onde estamos inaugurando a 1ª megaloja.

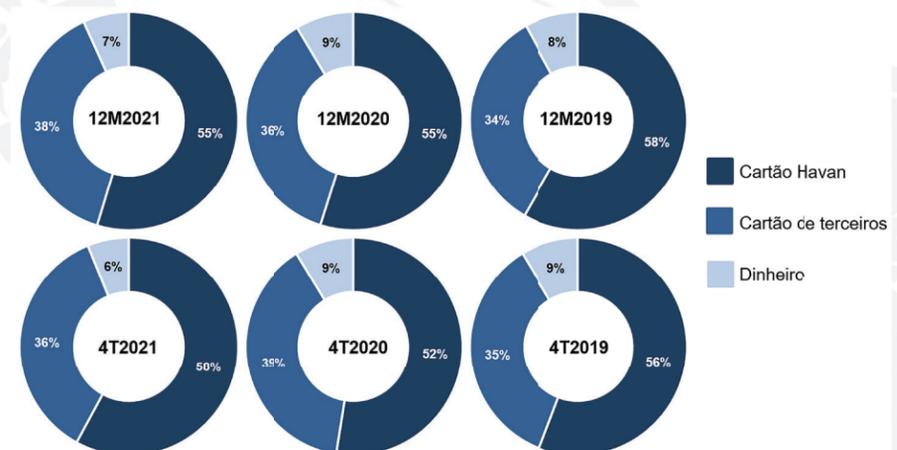


As megalojas estão distribuídas em todas as regiões do Brasil, em 20 Estados e no Distrito Federal, conforme mapas abaixo:



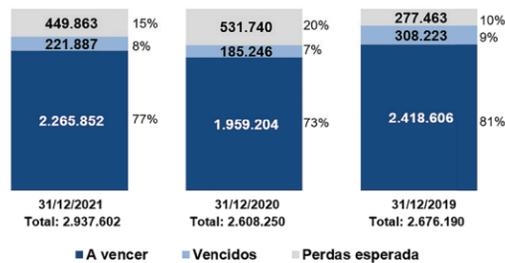
6. ANÁLISE DA CARTEIRA DE CRÉDITO

As vendas com cartão próprio da Havan S.A. no exercício de 2021 representaram 55% do faturamento (2020 - 55% e 2019 - 58%), representando uma pequena redução de 3,0 p.p em relação ao percentual do 4º trimestre de 2019. A seguir demonstramos o perfil de pagamento de nossos clientes para o 4º trimestre de 2021, 2020 e 2019 e dos 12 meses de 2021, 2020 e 2019:



A carteira de recebíveis aumentou aproximadamente em 10% comparado a dezembro de 2020, devido principalmente a mudança no perfil de pagamentos de nossos clientes e antecipação de recebíveis com o FIDC Havan. A seguir demonstramos o perfil de vencimento da nossa carteira de recebíveis:

Carteira Total (Em R\$ Mil)



7. PREMIAÇÕES

Nossa Companhia busca ser referência no varejo no Brasil, buscando ter os melhores profissionais e a melhor tecnologia para atender nossos clientes e proporcionado crescimento para nossos colaboradores e fornecedores. Nossos esforços têm sido reconhecidos com diversas premiações, os quais destacamos as principais abaixo:

- **04/02/2021** – GPTW Nacional: 8ª colocação na categoria "Varejo Grande Porte".
- **11/08/2021** – GPTW Selo: A Havan foi certificada pela terceira vez com o selo GPTW – Great Place to Work (GPTW).
- **28/09/2021** - 15º RFID Journal Awards - melhor case de implementação do projeto de identificação por radiofrequência (RFID) no varejo.
- **21/10/2021** - Prêmio Value Chain 2021 - categoria "Liderança em Gestão de Operações".
- **18/11/2021** - Prêmio Painel Logístico SENAI Morvan Figueiredo 2021
- **19/11/2021** - Havan é premiada com o troféu "O Desbravador", em Chapecó (SC)
- **01/12/2021** – Prêmio Excelência Zebra – Case RFID
- **02/12/2021** - TOP OF MIND SC:
 - Categoria: Top Executivo – Marca/Empresa: "Grande empresa catarinense do comércio".
 - Categoria: Top Executivo – Personalidades: "Empresário destaque do comércio", para Luciano Hang.
 - Categoria: Top População: "Lojas de Departamentos"
- **08/12/2021** – GPTW/SC: A Havan foi considerada uma das melhores empresas para se trabalhar em Santa Catarina, segundo o Great Place to Work (GPTW).
- **08/12/2021** - GS1 Havan – Aplicação do Padrão EPC/RFID em parceria com iTag, Hazar e Zebra;
- **09/12/2021** - TOP ADVB SC - HAVAN, com o case: RFID HAVAN Agilidade, precisão e confiabilidade dos nossos estoques.

8. PROJETOS QUE APOIAMOS

Nós acreditamos que grandes ideias e boas ações são o primeiro passo para construirmos o Brasil que queremos. Por isso, investimos e incentivamos projetos e pessoas que contribuem com a comunidade, geram oportunidades, desenvolvimento e buscam fazer a diferença onde estão inseridos.

Desde 2011 já destinamos mais de R\$117 milhões a 650 projetos através de leis de incentivo e patrocínios diretos. Com isso buscamos apoiar o crescimento de pessoas e ações que compactuam com nossa cultura e valores. A seguir demonstramos alguns projetos que apoiamos no último exercício:

Saúde:

- Hospital Nossa Senhora da Conceição
- Hospital São José de Jaraguá do Sul
- Respirador Ambulância Samu Barra Velha

Cultura:

- A.N Produções Culturais
- Instituto Escola do Teatro Bolshoi no Brasil
- Instituto Beto Carrero
- Tangará Produções
- Parque das Águas
- Centro de Convivência Arte e Vida
- Pianístico de Joinville (concertos ao som de pianos)

Social:

- Comunidade Bethania
- Acpra Brusque – Associação Brusquense de Proteção aos Animais
- Apae Brusque – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais
- Asbru Brusque – Associação de Surdos de Brusque
- Cerene Blumenau – Centro de Recuperação Nova Esperança

Esporte:

- Abel Voleibol – Associação Brusquense de Esporte e Lazer
- Athletico Paranaense
- Brusque Futebol Clube
- Cascavel Futebol Clube
- Vasco Futebol Clube
- Abain Natação
- Flamengo
- Vôlei Osasco
- Nelson Piquet Jr – Piloto Stock Car

Atletas:

- André Baran – Atleta Beach Tennis
- Matheus Rheine – Atleta Natação Paralímpica
- Many – Tenista Paralímpico
- Esquiva Falcão – Boxeador

E-sport:

- Havan Liberty

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da **Havan S.A.** Brusque - SC

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Havan S.A. (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela

auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para o assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Reconhecimento de receita de vendas

O processo de reconhecimento de receita da Companhia envolve um número elevado de controles que têm o objetivo de assegurar de que todos os produtos faturados tenham sido entregues aos seus respectivos clientes dentro do período contábil adequado e que, portanto, as receitas de vendas de mercadorias sejam reconhecidas dentro de seus períodos de competência. As receitas auferidas pela Companhia e seus critérios de reconhecimento no resultado, encontram-se divulgados nas notas explicativas 2.4.1 e 21.

Esse item foi considerado como um principal assunto de nossa auditoria tendo em vista o grande volume e a pulverização de transações diárias ocorridas. Eventuais falhas que envolvem o reconhecimento de receita pela Companhia, poderiam provocar distorções significativas nas demonstrações financeiras.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos incluíram, entre outros, o entendimento dos controles internos da Companhia e testes substantivos em bases amostrais sobre o processo de reconhecimento de receita, como por exemplo procedimentos para confirmação do corte do reconhecimento de receita, testes documentais para verificação das vendas realizadas e recebimentos financeiros, bem como, testes específicos de correlação entre os saldos de caixa, contas a receber e reconhecimento das receitas, incluindo a revisão das premissas e testes específicos nos critérios de cálculo dos ajustes a valor presente, com foco adicional sobre a avaliação da autenticidade e adequada valorização destas receitas e o registro no correto período de competência.

Baseado no resultado de nossos procedimentos de auditoria efetuados sobre o reconhecimento de receitas de vendas, não identificamos ajustes de auditoria. Esse resultado está consistente com a avaliação da administração, assim, consideramos que as práticas contábeis, registros contábeis, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas 2.4.1 e 21, adotados pela administração, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em seu conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.



• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Blumenau, 27 de janeiro de 2022.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-SC000048/F-0

Cleverson Luís Lescowicz
Contador CRC-SC-027535/O-0

Havan S.A.

Balanços patrimoniais
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

Notas	Controladora			Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Ativo circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.290.606	1.921.793	298.336	1.946.577
Aplicações financeiras	5	-	-	-	741.863
Contas a receber de clientes	6	2.271.745	2.016.634	2.573.547	2.016.634
Estoques	7	1.638.343	1.155.370	1.087.028	1.155.370
Impostos a recuperar	8	76.607	266.091	21.471	266.091
Partes relacionadas	11	-	34.465	-	34.465
Adiantamentos a colaboradores		2.162	1.663	1.582	1.582
Outros ativos		53.442	37.341	45.863	37.341
Instrumentos financeiros derivativos	20.i	22.465	27.894	6.357	27.894
Total do ativo circulante		5.355.370	5.461.251	4.034.184	6.227.898
Ativo não circulante					
Contas a receber de clientes	6	99.239	107.576	99.149	107.576
Impostos a recuperar	8	51.910	36.017	20.697	36.017
Depósitos judiciais	18	8.579	7.139	7.820	7.139
Tributos diferidos	15.a	100.128	73.596	54.998	73.596
Partes relacionadas	11	30.314	155.964	250.340	155.964
Investimentos	9	-	539.415	357.289	-
Imobilizado	10	1.445.108	1.136.662	794.724	1.136.662
Direito de uso de arrendamento	16	2.243.176	2.631.793	2.469.552	2.631.793
Intangível		39.052	24.560	11.212	24.560
Total do ativo não circulante		4.017.506	4.712.722	4.065.781	4.173.307
Total do ativo		9.372.876	10.173.973	8.099.965	10.401.205

Notas	Controladora			Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Passivo circulante					
Fornecedores	13	2.345.647	2.479.520	2.119.831	2.479.520
Empréstimos, financiamentos e debêntures	12	687.971	811.053	929.882	811.053
Obrigações sociais e trabalhistas		185.959	152.581	152.728	152.581
Obrigações tributárias	14	315.885	329.282	157.775	329.282
Dividendos a pagar		199.214	6.835	4.554	6.835
Passivo de arrendamentos	16	154.954	156.841	130.996	156.841
Outros passivos	17	127.053	96.110	84.054	96.110
Total do passivo circulante		4.016.683	4.032.228	3.579.820	4.032.228
Passivo não circulante					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	12	1.674.901	1.611.017	683.191	1.838.249
Obrigações tributárias	14	206.378	244.251	220.756	244.251
Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	18	314.394	242.108	254.635	242.108
Partes relacionadas	11	-	104	96.020	104
Passivo de arrendamentos	16	2.312.125	2.626.120	2.391.685	2.626.120
Outros passivos	17	54.550	97.013	132.470	97.013
Total do passivo não circulante		4.562.348	4.820.623	3.778.757	5.047.855
Patrimônio líquido	19				
Capital social		300.000	300.000	300.000	300.000
Reserva legal		51.514	24.971	-	24.971
Reserva de incentivos fiscais		336.774	302.688	281.530	302.688
Lucros acumulados		105.557	525.551	106.103	525.551
Ajustes de avaliação patrimonial		-	167.912	53.755	167.912
Total do patrimônio líquido		793.845	1.321.122	741.388	1.321.122
Total do passivo e patrimônio líquido		9.372.876	10.173.973	8.099.965	10.401.205

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Havan S.A.

Demonstrações dos resultados
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

Notas	Controladora			Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Receita operacional líquida	21	9.556.115	7.958.042	7.903.514	7.958.042
Custo de mercadorias vendidas	22	(6.233.499)	(5.270.814)	(5.220.807)	(5.270.814)
Lucro bruto		3.322.616	2.687.228	2.682.707	2.687.228
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas gerais e administrativas	22	(290.742)	(217.757)	(294.510)	(217.757)
Despesas com vendas	22	(1.756.417)	(1.430.232)	(1.514.801)	(1.430.232)
Resultado de equivalência	9	25.268	78.083	35.914	-
Outras receitas (despesas) operacionais	24	14.671	271.360	(2.520)	271.360
		(2.007.220)	(1.298.546)	(1.775.917)	(1.376.629)
Resultado antes do resultado financeiro		1.315.396	1.388.682	906.790	1.310.599
Resultado financeiro	23				
Receitas financeiras		345.088	500.444	448.760	587.419
Despesas financeiras		(1.271.695)	(1.058.430)	(818.697)	(1.067.322)
Variação cambial		220.517	(124.227)	536	(124.227)
		(706.090)	(682.213)	(369.401)	(604.130)
Lucro antes dos impostos		609.306	706.469	537.389	706.469
Imposto de renda e contribuição social					
IRPJ e CSLL correntes	15.b	(104.963)	(225.652)	(150.238)	(225.652)
IRPJ e CSLL diferidos	15.b	26.532	18.598	41.273	18.598
Lucro líquido do exercício		530.875	499.415	428.424	499.415

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Havan S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

Notas	Controladora			Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Lucro líquido do exercício		530.875	499.415	428.424	499.415
Itens que podem ser subsequentemente reclassificados para o resultado:					
Variação cambial oriunda de investida controlada no exterior		46.588	104.043	10.897	104.043
Total dos resultados abrangentes do exercício		577.463	603.458	439.321	603.458

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Havan S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

	Capital social	Reserva legal	Reservas de incentivos fiscais	Adiantamento para futuro aumento de capital	Lucros acumulados	Ajuste de avaliação patrimonial	Total do patrimônio líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2018	13.000	-	244.722	196.495	225.127	42.858	722.202
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	428.424	-	428.424
Distribuição de lucros	-	-	-	-	(420.135)	-	(420.135)
Constituição de reserva de incentivos fiscais	-	-	36.808	-	(36.808)	-	-
Aumento de capital	287.000	-	-	(196.495)	(90.505)	-	-
Ajuste acumulado de conversão	-	-	-	-	-	10.897	10.897
Saldo em 31 de dezembro de 2019	300.000	-	281.530	-	106.103	53.755	741.388
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	499.415	-	499.415
Distribuição de lucros	-	-	-	-	(23.724)	-	(23.724)
Constituição de reserva legal	-	24.971	-	-	(24.971)	-	-
Constituição de reserva de incentivos fiscais	-	-	21.158	-	(21.158)	-	-
Ajuste acumulado de conversão	-	-	-	-	(10.114)	114.157	104.043
Saldo em 31 de dezembro de 2020	300.000	24.971	302.688	-	525.551	167.912	1.321.122
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	530.875	-	530.875
Distribuição de lucros	-	-	-	-	(890.240)	-	(890.240)
Constituição de reserva legal	-	26.543	-	-	(26.543)	-	-
Constituição de reserva de incentivos fiscais	-	-	34.086	-	(34.086)	-	-
Ajuste acumulado de conversão	-	-	-	-	-	46.588	46.588
Realização da variação cambial de investida	-	-	-	-	-	(214.500)	(214.500)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	300.000	51.514	336.774	-	105.557	-	793.845

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Havan S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de reais)



	Controladora			Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Lucro do exercício antes do imposto de renda e contribuição social	609.306	706.469	537.389	706.469	537.389
Depreciações	89.240	80.254	62.213	80.254	62.213
Amortização de direito de uso	194.036	215.617	170.151	215.617	170.151
Amortizações	4.186	3.227	2.551	3.227	2.551
Encargos incorridos sobre passivos financeiros	166.503	129.422	99.891	138.314	96.832
Encargos sobre arrendamentos a pagar	217.713	249.467	209.185	249.467	209.185
Resultado de equivalência	(25.268)	(78.083)	(35.914)	-	-
Resultados com títulos públicos	-	-	-	(86.975)	(42.855)
Baixa de ativo imobilizado	1.596	690	137	680	137
Provisão para perdas de créditos de liquidação duvidosa	280.918	303.174	215.881	303.174	215.881
Provisão de estoques	2.151	6.365	885	6.365	885
Variação dos instrumentos financeiros	5.429	(21.537)	38.254	(21.537)	38.254
Juros sobre parcelamentos tributários	13.344	16.708	14.539	16.708	14.539
Provisão/Estorno de contingências	72.286	(12.527)	50.070	(12.527)	50.070
Variação cambial sobre empréstimos	11.105	199.715	26.861	243.514	31.937
Variação cambial sobre arrendamentos	2.996	10.858	1.072	10.858	1.099
Redução (aumento) em:					
Contas a receber de clientes	(527.692)	245.312	(972.869)	245.312	(972.869)
Estoques	(485.124)	42.651	58.768	42.651	58.768
Impostos a recuperar	173.591	(259.940)	(24.648)	(259.940)	(24.648)
Partes relacionadas	160.115	(22.828)	(81.789)	(22.828)	(81.789)
Outros ativos	(18.040)	9.122	(21.245)	9.122	(21.245)
Aumento (redução) em:					
Fornecedores	(133.873)	359.689	455.075	359.689	455.075
Obrigações sociais e trabalhistas	33.378	(147)	40.683	(147)	40.683
Obrigações tributárias	(33.398)	16.360	(41.384)	16.360	(41.384)
Partes relacionadas	(104)	(7.250)	(10.066)	(7.250)	13.334
Outros passivos	(11.526)	(23.395)	185.760	(23.395)	185.760
Imposto de renda e contribuição social pagos	(136.189)	(63.708)	(151.517)	(63.708)	(151.517)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	668.679	2.105.675	819.933	2.149.474	848.409
Atividades de investimentos					
Aquisição de ativo imobilizado	(399.282)	(431.206)	(348.442)	(431.206)	(348.442)
Adições de intangível	(18.678)	(14.168)	(6.588)	(14.168)	(6.588)
Aplicações financeiras	-	-	-	(33.788)	(11.044)
Dividendos recebidos	-	-	33	-	-
Aumento de capital em controlada	(37.859)	-	-	-	-
Realização da variação cambial de investida	(214.500)	-	-	-	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(670.319)	(445.374)	(354.997)	(479.162)	(366.074)
Atividades de financiamentos					
Captação de empréstimos	700.000	3.108.719	1.323.052	3.108.719	1.323.052
Pagamentos de empréstimos (principal)	(804.259)	(2.645.872)	(904.079)	(2.645.872)	(904.079)
Juros pagos sobre empréstimos	(134.547)	(100.345)	(37.113)	(102.072)	(42.286)
Dividendos pagos	(48.731)	(21.443)	(350.557)	(21.443)	(350.557)
Contraprestação de arrendamento	(342.010)	(377.903)	(307.411)	(377.903)	(307.411)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	(629.547)	(36.844)	(276.108)	(38.571)	(281.281)
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa	(631.187)	1.623.457	188.828	1.631.741	201.054
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1.921.793	298.336	109.508	314.836	113.782
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	1.290.606	1.921.793	298.336	1.946.577	314.836
Variação líquida na caixa e equivalentes de caixa	(631.187)	1.623.457	188.828	1.631.741	201.054

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Havan S.A.

Demonstrações do valor adicionado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

	Controladora			Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
(+) RECEITAS	11.910.889	10.130.745	9.911.814	10.130.745	9.911.814
Vendas de mercadorias, líquidas de cancelamentos e devoluções	11.894.670	9.925.446	9.892.394	9.925.446	9.892.394
Prestação de serviços	272.891	229.505	228.760	229.505	228.760
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (reversão/constituição)	(280.918)	(303.174)	(215.881)	(303.174)	(215.881)
Outras receitas	24.246	278.968	6.541	278.968	6.541
(-) INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS (inclui impostos)	(8.020.914)	(6.966.383)	(7.211.324)	(6.966.383)	(7.211.324)
Custos das vendas de mercadorias e dos serviços prestados	(7.111.672)	(6.277.431)	(6.395.962)	(6.277.431)	(6.395.962)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(911.360)	(682.587)	(814.477)	(682.587)	(814.477)
Perdas/Recuperação de valores ativos	2.118	(6.365)	(885)	(6.365)	(885)
(=) VALOR ADICIONADO BRUTO	3.889.975	3.164.362	2.700.490	3.164.362	2.700.490
(-) DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	(287.462)	(299.098)	(234.915)	(299.098)	(234.915)
Depreciação, amortização e exaustão	(287.462)	(299.098)	(234.915)	(299.098)	(234.915)
(=) VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA COMPANHIA	3.602.513	2.865.264	2.465.575	2.865.264	2.465.575
(+) VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	592.166	595.140	490.129	604.032	497.070
Resultado de equivalência patrimonial	25.268	78.083	35.914	-	-
Recitas financeiras, variações cambiais positivas	566.898	517.057	454.215	604.032	497.070
(=) VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	4.194.679	3.460.404	2.955.704	3.469.296	2.962.645
(=) DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	4.194.679	3.460.404	2.955.704	3.469.296	2.962.645
Pessoal	888.222	707.090	715.136	707.090	715.136
Remuneração direta	762.577	605.070	603.024	605.070	603.024
Benefícios	78.221	62.804	69.325	62.804	69.325
FGTS	47.424	39.216	42.787	39.216	42.787
Impostos, taxas e contribuições	1.487.465	1.043.098	978.193	1.043.098	978.193
Federais	447.822	488.001	593.449	488.001	593.449
Estaduais	1.025.813	547.570	376.002	547.570	376.002
Municipais	13.830	7.527	8.742	7.527	8.742
Remuneração de capitais de terceiros	1.288.117	1.210.801	833.951	1.219.693	840.892
Despesas financeiras, variações cambiais negativas	1.272.985	1.199.271	823.615	1.208.163	830.556
Aluguéis	15.132	11.530	10.336	11.530	10.336
Remuneração de capitais próprios	530.875	499.415	428.424	499.415	428.424
Juros sobre capital próprio e lucros distribuídos	890.240	23.724	420.135	23.724	420.135
Lucros retidos	(359.365)	475.691	8.289	475.691	8.289

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Havan S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Havan S.A. ("Havan" ou "Companhia"), com sede em Brusque (Rod. Antônio Heil, 200 - Centro 1, CEP 88353-100) - Estado de Santa Catarina, foi constituída em 26 de junho de 1986. A Companhia atua na venda de artigos de cama, mesa e banho, utensílios domésticos, tecidos, brinquedos, eletroeletrônicos, eletrodomésticos, ferramentas em geral, tapetes, vestuário em geral, e outros próprios de lojas de departamentos, além da venda de produtos pela Internet.

Em 14 de abril de 2020 a Companhia alterou sua natureza jurídica, sendo transformada de sociedade por quotas de responsabilidade limitada para sociedade por ações de capital fechado prevista na Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976. Em seu estatuto está previsto que a Companhia será administrada por uma Diretoria, formada por 2 (dois) membros acionistas ou não, residentes no país.

As operações são efetuadas através de 168 megalojas físicas e 1 e-commerce, sendo que no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram inauguradas 15 lojas (31 de dezembro de 2020 - 12 lojas / 31 de dezembro de 2019 - 21 lojas). A Havan está localizada em 18 estados e no Distrito Federal conforme mapa abaixo:



1.1 Efeitos pandemia do COVID-19

A Companhia vem acompanhando a evolução da pandemia, tomando decisões elegendo como prioridades: (i) a saúde e segurança de seus colaboradores, (ii) a continuidade da operação e a (iii) manutenção dos empregos. No fechamento do exercício, findo em 31 de dezembro de 2021, todas as lojas já estavam operando, mesmo que com restrições de horários impostos pelas autoridades locais.

A Companhia, também, considerando os Ofícios Circulares da CVM/SNC 01/2021, analisou os principais riscos e incertezas advindos da Covid-19, frente às suas demonstrações financeiras. Abaixo as principais análises realizadas:

- a) Risco de continuidade operacional: A Companhia não identificou elementos que configurem em risco de continuidade operacional;
- b) Contas a receber de clientes e provisão para perda esperada de créditos: A Companhia já observava, em 31 de dezembro de 2021, índices de recebimento similares ao período pré-pandemia.
- c) Não houve impacto significativamente adverso nos fluxos de caixa e resultados projetados da Companhia que pudesse impactar em perda significativa no valor ou gerar dívida na realização de seus ativos, incluindo estoques, tributos diferidos e ativos imobilizados.

1.2 Transações societárias relevantes

Em 02 de dezembro de 2021, a Companhia efetuou uma AGE (assembleia geral extraordinária) e autorizou a distribuição de lucros no montante de R\$ 799.130, sendo o montante de R\$ 649.130 pagos sob a forma de cotas da controlada Abigail Worldwide Ltd., ou seja, foi cedido controle da controlada para o acionista Luciano Hang. Nesta operação a Companhia realizou ajuste de avaliação patrimonial (variação cambial de investida) de R\$ 214.500 que estava na rubrica do patrimônio líquido em contrapartida do resultado financeiro de variação cambial. Os ativos da Abigail Worldwide Ltd. eram substancialmente compostos por uma carteira de investimentos composta por ações, aplicações financeiras e fundos, que representavam o montante de R\$ 893.030 e os passivos eram compostos por empréstimos de capital de giro, que representavam o montante de R\$ 243.900. Os ativos e passivos estavam registrados a valor justo na data de cessão das quotas ao acionista Luciano Hang. No exercício findo em 31 de dezembro a Companhia apresenta apenas os saldos da Controladora, pois não apresenta mais investimentos ao final do exercício. Por este motivo não terá saldos Consolidados apresentados.

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis

2.1. Base de apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards - IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras da Controladora estão sendo divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas (para os exercícios de 2020 e 2019) e apresentadas lado-a-lado em um único conjunto de demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, exceto determinados ativos financeiros que foram mensurados ao valor justo por meio do resultado. A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração no processo de aplicação das práticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão divulgadas na Nota Explicativa nº 3. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração em 27 de janeiro de 2022.

2.1.1. Continuidade operacional

As normas contábeis requerem que ao elaborar as demonstrações financeiras, a administração deve fazer a avaliação da capacidade de a entidade continuar em operação no futuro previsível. A administração, considerando o equilíbrio observado de sua liquidez corrente, além da expectativa de geração de caixa suficiente para liquidar os seus passivos para os próximos 12 meses, concluiu que não há nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando e, portanto, concluiu que é adequado a utilização do pressuposto de continuidade operacional para a elaboração de suas demonstrações financeiras. Em 31 de dezembro de 2021, a liquidez corrente da Controladora é de 1,33 (R\$ 5.355.370 - Ativo Circulante em 2021 / R\$ 4.016.683 - Passivo Circulante em 2021).

2.2. Base para consolidação

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

A Havan era controladora da Abigail Worldwide Ltd. uma offshore que detém ativos financeiros para investimento, sendo que em 02 de dezembro de 2021 cedeu as cotas da controlada para o acionista Luciano Hang como pagamento de lucros distribuídos. A participação percentual na data de 31 de dezembro de 2020 e 2019 era de 100%. Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre a controlada e a Companhia são eliminadas integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas, não existindo destaque da participação dos sócios não controladores, em função de a Companhia deter 100% das ações da controlada.

Controlada é uma entidade sobre a qual a Companhia detém, direta ou indiretamente, a maioria dos direitos de voto ou estiver exposta ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tiver a capacidade de afetar esses retornos por meio do controle exercido em relação à investida.

O investimento da Companhia em sua controlada, era contabilizado na demonstração financeira individual com base no método da equivalência patrimonial.

2.3. Conversão de moeda estrangeira

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. As transações



em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconvertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data do balanço, sendo todas as diferenças registradas na demonstração do resultado.

A moeda funcional da Abigail Worldwide Ltd. Controlada até 2020, é considerada como sendo Real (R\$) nas demonstrações financeiras consolidadas uma vez que referida controlada possui somente aplicações financeiras da Companhia no exterior, sendo, portanto, considerada como extensão de sua Controladora não sendo conferido nenhum grau de autonomia. Assim sendo, os saldos de ativo, passivo e resultado são convertidos para a moeda de apresentação da Companhia, aplicando-se os seguintes critérios:

- Os ativos e passivos são convertidos pela taxa de fechamento da data do balanço;
- As receitas e despesas são convertidas pelas taxas de câmbio médias;
- As diferenças cambiais resultantes da referida conversão são contabilizadas separadamente na rubrica de "Ajustes de avaliação patrimonial" no patrimônio líquido. Tais ajustes de conversão serão registrados para o resultado do exercício, somente pela realização ou pela baixa da investida do exterior.

2.4. Principais práticas contábeis

2.4.1. Reconhecimento de receita

A receita líquida é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber e apresentada deduzida de devoluções, abatimentos e impostos sobre vendas.

(i) Venda de mercadorias

As receitas resultantes da venda de mercadorias são reconhecidas pelo seu valor justo quando, quando atingidas as seguintes condições: i) o controle sobre as mercadorias é transferido para o comprador; ii) Companhia deixa de ter controle ou responsabilidade pelas mercadorias vendidas; iii) os benefícios econômicos gerados para a Companhia são prováveis.

Receitas que possuem realização incerta, não são reconhecidas pela Companhia.

(ii) Prestação de serviços

Pela atuação da Companhia nas vendas de apólices de seguro de garantia estendida, seguro de proteção financeira, seguro de acidentes pessoais, intermediadora de vendas de assistência técnica e recarga de celular nas suas lojas, as receitas auferidas são apresentadas em uma base líquida e reconhecidas ao resultado quando for provável que os benefícios econômicos (de direito exclusivo da Companhia) fluirão para a Companhia e se seus valores puderem ser confiavelmente mensurados.

2.4.2. Tributos

(i) Imposto de renda e contribuição social - correntes

Ativos e passivos de tributos correntes referentes aos exercícios corrente e anterior são mensurados pelo valor esperado a ser recuperado ou pago às autoridades tributárias, utilizando as alíquotas de tributos que estejam aprovadas no fim do exercício que está sendo reportado nos países em que a Companhia opera e gera lucro tributável.

Imposto de renda e contribuição social correntes relativas a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidas de forma redutora na mesma rubrica para a apresentação do efeito líquido, sempre que aplicável. A Administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e aplica o tratamento contábil e/ou divulgações julgadas adequadas para cada situação.

A tributação sobre a renda compreende o Imposto de Renda da Pessoa Jurídica - IRPJ e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, sendo calculada no regime do lucro real (lucro ajustado) segundo as alíquotas aplicáveis na legislação em vigor: 15%, sobre o lucro real e 10% adicionais sobre o que exceder R\$240 em lucro real por ano, no caso do IRPJ, e 9%, no caso da CSLL.

(ii) Tributos diferidos

Tributo diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Tributos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto:

- Quando o passivo fiscal diferido surge do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal.
- Ativos fiscais diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributárias não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributárias não utilizados possam ser utilizados, exceto:
- Quando o ativo fiscal diferido relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e
- Sobre as diferenças temporárias dedutíveis associadas com investimentos em controladas, ativos fiscais diferidos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Ativos fiscais diferidos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Tributo diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado. Itens de tributos diferidos são reconhecidos de acordo com a transação que originou o tributo diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido.

A Companhia contabiliza os ativos e passivos fiscais correntes de forma líquida se possui o direito legalmente executável de fazer ou receber um único pagamento líquido. A contabilização dos ativos e passivos fiscais diferidos líquidos, por sua vez, é efetuada pela Companhia se, e somente se, a entidade tem o direito legalmente executável de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e se os ativos fiscais diferidos e os passivos fiscais diferidos estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária: (i) na mesma entidade tributável; ou (ii) nas entidades tributáveis diferentes que pretendem liquidar os passivos e os ativos fiscais correntes em bases líquidas ou realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente, em cada período futuro no qual se espera que valores significativos dos ativos ou passivos fiscais diferidos sejam liquidados ou recuperados.

(iii) Tributos indiretos

As receitas são reconhecidas líquidas dos tributos. As aquisições de mercadorias, de serviços, de ativos e as despesas também são reconhecidas líquidas dos impostos e seus respectivos incentivos fiscais. Quando as aquisições não originarão direito a crédito tributário, os tributos não recuperáveis são reconhecidos como parte do custo de aquisição da mercadoria, do serviço, do ativo e da despesa até seu limite de recuperabilidade.

Após sua apuração as posições credoras ou devedoras serão apresentadas na forma de saldos a recuperar ou a pagar, no balanço patrimonial.

As receitas estão sujeitas aos seguintes tributos, pelas seguintes alíquotas:

- Programa de Integração Social (PIS): 1,65%;
- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS): 7,6%;
- Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - % aplicados de acordo com a legislação tributária de cada estado variando de 4% a 18%.

2.4.3. Instrumentos financeiros

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade.

(i) Ativos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

As classificações dos ativos financeiros são baseadas no modelo de negócios da Companhia para a gestão destes ativos nas características dos fluxos de caixa contratuais, sendo classificados conforme segue:

- Instrumentos de dívida mensurados a custo amortizado ("CA");
- Instrumentos de dívida mensurados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA") - a Companhia não possui transações com instrumentos financeiros classificados nesta modalidade
- Instrumentos de dívida, derivativos, instrumentos de patrimônio e instrumentos de dívida mensurados a valor justo por meio do resultado ("VJR");

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão destes ativos financeiros. Com exceção das contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático, a Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado. As contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático são mensuradas pelo preço de transação.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. O modelo de negócios da Companhia para administrar ativos financeiros se refere a como ele gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos.

As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo.

Mensuração subsequente

A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

- Ao custo amortizado

Devem ser mensurados ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem atendidas:

- a) O ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e
- b) Os termos contratuais do ativo financeiro que derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Neste grupo estão incluídas as rubricas de contas a receber de clientes, contas a receber de partes relacionadas.

- Ao valor justo por meio do resultado

O ativo financeiro deve ser mensurado ao valor justo por meio do resultado, a menos que seja mensurado ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

Neste grupo estão incluídas as rubricas caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e instrumentos financeiros (swap).

Desreconhecimento e compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Um passivo financeiro é desreconhecido quando sua obrigação contratual é extinta, cancelada ou expirada. A diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

Redução do valor recuperável de ativos financeiros

Nas datas do balanço a Companhia avalia a existência de indicadores que determine se o ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros possam não ser recuperáveis. Um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros é considerado como não recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido após seu reconhecimento inicial, quando este(s) evento(s) de perda tenha(m) impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro em questão.

(ii) Passivos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, acrescido dos custos de transação diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Os passivos financeiros da Companhia incluem fornecedores e outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos, contas a pagar com partes relacionadas e outros passivos financeiros.

Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros são classificados em duas categorias:

- Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado (VJR); e
- Passivos financeiros ao custo amortizado (CA).

A Companhia possui apenas passivos financeiros classificados como passivos financeiros ao custo amortizado, exceto por derivativos que são remensurados em cada data base por seu valor de mercado com registro ao resultado.

- Passivos financeiros ao custo amortizado

Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos, fornecedores e outras contas a pagar, contas a pagar com partes relacionadas e outros passivos financeiros contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.

O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado.

2.4.4. Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos, como swaps de câmbio de taxa de juros, para proteger-se contra seus riscos de taxa de câmbio e riscos de taxa de juros, respectivamente. Estes instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo na data em que um contrato de derivativo é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao valor justo. Derivativos são registrados como ativos financeiros quando o valor justo é positivo e como passivos financeiros quando o valor justo é negativo.

2.4.5. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, a Companhia concluiu que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é necessário para as contas a receber de clientes e contas a pagar de fornecedores. A contrapartida dos ajustes a valor presente é efetuada com contrapartida em rubricas de resultado, quando apropriado, observando a essência econômica e natureza de cada transação.

2.4.6. Investimentos

O investimento da Companhia em sua controlada é avaliado com base no método de equivalência patrimonial. Com base no método da equivalência patrimonial, o investimento é contabilizado no balanço patrimonial ao custo,



adicionado das mudanças após a aquisição da participação societária.

Quando a participação da Companhia nas perdas da investida ultrapassa a participação da entidade, a Companhia deixa de reconhecer sua participação em perdas adicionais. As perdas adicionais são reconhecidas somente na medida em que incorrer em obrigações legais ou presumidas ou assumiu obrigações em nome da investida.

A Companhia determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que o investimento em controlada sofreu perda por redução ao valor recuperável como diferença entre o valor recuperável da controlada e o valor contábil e reconhece o montante na demonstração do resultado.

Conforme divulgado na nota 2.3, as diferenças cambiais resultantes da conversão de moeda são contabilizadas na rubrica de "Ajustes de avaliação patrimonial" no patrimônio líquido. Tais ajustes de conversão serão registrados para o resultado do exercício, somente pela realização ou pela baixa da investida do exterior.

Conforme divulgado no item 1.2, durante o exercício de 2021 a Companhia cedeu a totalidade das cotas Abigail Worldwide Ltd. para seu acionista, para quitar lucros distribuídos e por este motivo, não apresenta mais investimentos ao final do exercício.

2.4.7. Imobilizado

O imobilizado é demonstrado ao valor de custo de aquisição ou construção, deduzido das respectivas depreciações acumuladas, exceto terrenos e obras em andamento. Juros incorridos são capitalizados durante a fase de construção dos bens, para ativos elegíveis e quando aplicável. A depreciação é calculada e reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo ou família de ativos, pelo método linear, de modo que seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado. A vida útil estimada e consequentemente as taxas de depreciação são revisadas anualmente, sendo o efeito de quaisquer mudanças nestas estimativas tratados prospectivamente.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes de seu uso contínuo. Ganhos ou perdas na venda ou baixa são reconhecidos no resultado quando incorridos. A política contábil relacionada à redução ao valor recuperável de ativos imobilizados está descrita na nota explicativa 2.4.9.

2.4.8. Ativos intangíveis

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Não há ativos intangíveis gerados internamente.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada, ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa, consistente com a utilização do ativo intangível.

2.4.9. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para o negócio em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes. A perda por desvalorização do ativo é reconhecida no resultado de forma consistente com a função do ativo sujeito à perda.

2.4.10. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata com o próprio emissor em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor de mercado.

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

2.4.11. Estoques

São contabilizados pelo custo ou valor líquido de realização, o que for menor. Os estoques adquiridos são registrados pelo custo médio, deduzidos de bonificações recebidas de fornecedores. O custo médio de aquisição compreende o preço de compra, os impostos e tributos não recuperáveis, como por exemplo, o ICMS substituição tributária e outros custos diretamente atribuíveis à aquisição. O valor líquido de realização é o preço de venda no curso normal dos negócios, deduzidos os custos estimados necessários para efetuar a venda. Os estoques são reduzidos pela provisão para perdas e quebras, as quais são periodicamente analisadas e avaliadas quanto à sua adequação.

2.4.12. Contas a receber

São registradas e mantidas nos balanços pelos valores das vendas ajustado a valor presente quando aplicável, e deduzidas das perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa, que é constituída com base no histórico de perdas e na análise de risco da totalidade da carteira de clientes e respectiva probabilidade de recebimento. As contas a receber são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos sem cotação em mercado ativo. Após mensuração inicial, esses ativos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado segundo o método de taxa efetiva de juros.

As despesas decorrentes da perda do valor recuperável são reconhecidas na demonstração do resultado do exercício.

2.4.13. Provisões

Geral

Provisões são reconhecidas quando: i) existe uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado; ii) é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação; iii) uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo.

A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Provisões para contingências de riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todos os litígios referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

2.4.14. Arrendamentos

A Companhia aplicou inicialmente o CPC 06 (R2) / IFRS 16 a partir de 1º de janeiro de 2019, e em decorrência dessa adoção reconheceu novos ativos e passivos para seus arrendamentos operacionais. Anteriormente a Companhia possuía substancialmente arrendamento classificados como operacional (até exercício findo em 31 de dezembro de 2018).

Companhia como arrendatária

A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. A Companhia reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

Ativos de direito de uso

A Companhia passou a reconhecer, a partir de 01 de janeiro de 2019, os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos.

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

Em determinados casos, se for provável que a titularidade do ativo arrendado seja transferida para a Companhia ao final do prazo do arrendamento, a depreciação é calculada utilizando a vida útil estimada do ativo.

Passivos de arrendamento

Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos de arrendamento incluem ainda o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida pela Companhia e pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir a Companhia exercendo a opção de rescindir a arrendamento.

Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas (salvo se forem incorridos para produzir estoques) no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor

A Companhia aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus arrendamentos de curto prazo (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra). Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

2.4.15. Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá:

- No mercado principal para o ativo ou passivo; ou
- Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo. O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível pela Companhia.

O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado com base nas premissas que os participantes do mercado utilizariam ao definir o preço de um ativo ou passivo, presumindo que os participantes do mercado atuam em seu melhor interesse econômico.

A mensuração do valor justo de um ativo não financeiro leva em consideração a capacidade de um participante do mercado gerar benefícios econômicos por meio da utilização ideal do ativo ou vendendo-o a outro participante do mercado que também utilizaria o ativo de forma ideal.

A Companhia utiliza técnicas de avaliação adequadas nas circunstâncias e para as quais haja dados suficientes para mensuração do valor justo, maximizando o uso de informações disponíveis pertinentes e minimizando o uso de informações não disponíveis.

Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita abaixo, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo:

- Nível 1 - preços de mercado cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;
- Nível 2 - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável; e
- Nível 3 - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível.

Para ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras de forma recorrente, a Companhia determina se ocorreram transferências entre níveis da hierarquia, reavaliando a categorização ao final de cada período de divulgação.

Os instrumentos financeiros da Companhia registrados a valor justo na data dos balanços foram mensurados da seguinte forma:

- Nível 1: caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras;
- Nível 2: instrumentos financeiros derivativos (swap).

2.4.16. Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

2.4.17. Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais e como informação suplementar às demonstrações financeiras consolidadas, pois não é uma demonstração prevista nem obrigatória conforme as IFRSs.

A DVA foi preparada de acordo com o Pronunciamento Técnico NBC TG 9 – Demonstração do Valor Adicionado e com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras.

2.4.18. Distribuição de lucros

A Companhia reconhece um passivo relativo à distribuição de lucros quando existe uma obrigação presente de distribuição na data base de apresentação das demonstrações financeiras, oriunda de provisões societárias ou quando estipuladas e autorizadas até a referida data.

2.4.19. Segmento operacional

A Companhia atua no varejo no Brasil e possui um único segmento operacional. Em função da concentração de suas



atividades no segmento operacional no mercado varejista de eletroeletrônicos, venda de artigos de cama, mesa e banho, utensílios domésticos, tecidos, brinquedos, eletrodomésticos, ferramentas em geral, tapetes, vestuário em geral, e outros próprios de lojas de departamentos, além da venda de produtos pela internet, a Companhia está organizada em uma única unidade de negócio, possuindo, portanto, um único segmento.

2.4.20. Benefícios a empregados e administradores

A Companhia concede benefícios a seus empregados, tais como vale-refeição, assistência médica, vale-transporte e remuneração variável. A Companhia não possui benefícios classificados como benefício definido nos exercícios demonstrados nesta demonstração financeira.

Participação dos colaboradores e administradores no resultado

Tanto os executivos como os colaboradores têm direito a uma participação no resultado com base em determinadas metas acordadas anualmente. Não existem pagamentos baseados em cotas ou outra espécie de remuneração complementar aos executivos além da participação no resultado.

2.4.21. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2021

A Companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2021 ou após essa data. A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

2.4.21.1. Alterações no CPC 06 (R2), CPC 11, CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48: Reforma da Taxa de Juros de Referência

As alterações aos Pronunciamentos CPC 38 e 48 fornecem exceções temporárias que endereçam os efeitos das demonstrações financeiras quando uma taxa de certificado de depósito interbancário é substituída com uma alternativa por uma taxa quase que livre de risco. As alterações incluem os seguintes expedientes práticos:

- Um expediente prático que requer mudanças contratuais, ou mudanças nos fluxos de caixa que são diretamente requeridas pela reforma, a serem tratadas como mudanças na taxa de juros flutuante, equivalente ao movimento numa taxa de mercado;
- Permite mudanças requeridas pela reforma a serem feitas nas designações e documentações de hedge, sem que o relacionamento de hedge seja descontinuado;
- Fornece exceção temporária para entidades estarem de acordo com o requerimento de separadamente identificável quando um instrumento com taxa livre de risco é designado como hedge de um componente de risco

Essas alterações não impactaram as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. A Companhia pretende usar os expedientes práticos nos períodos futuros se eles se tornarem aplicáveis.

2.4.21.2. Alterações no CPC 06 (R2): Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento que vão além de 30 de junho de 2021

As alterações preveem concessão aos arrendatários na aplicação das orientações do CPC 06 (R2) sobre a modificação do contrato de arrendamento, ao contabilizar os benefícios relacionados como consequência direta da pandemia Covid-19. Como um expediente prático, um arrendatário pode optar por não avaliar se um benefício relacionado à Covid-19 concedido pelo arrendador é uma modificação do contrato de arrendamento. O arrendatário que fizer essa opção deve contabilizar qualquer mudança no pagamento do arrendamento resultante do benefício concedido no contrato de arrendamento relacionada ao Covid-19 da mesma forma que contabilizaria a mudança aplicando o CPC 06 (R2) se a mudança não fosse uma modificação do contrato de arrendamento. A alteração pretendia a ser aplicada até 30 de junho de 2021, mas como o impacto da pandemia do Covid-19 pode continuar, em 31 de março de 2021, o CPC estendeu o período da aplicação deste expediente prático para de 30 junho de 2022. Essa alteração entra em vigor para exercícios sociais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2021. No entanto, a Companhia ainda não recebeu benefícios concedidos para arrendatários relacionados à Covid-19, mas planeja aplicar o expediente prático quando disponível dentro do período da norma.

2.4.22. Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas--Continuação

(iii) Provisão para perdas nos estoques

A provisão para perdas nos estoques é estimada com base no histórico de perdas identificadas no inventário físico de lojas e centrais de distribuição e é considerada suficiente pela Administração para cobrir as prováveis perdas quando da realização dos procedimentos de inventário físico.

(iv) Provisão para realização dos estoques

A provisão para realização dos estoques é constituída com base na análise dos preços de venda praticados, líquidos dos efeitos de tributos e de despesas fixas incorridas nos esforços de vendas, frente ao custo de aquisição das mercadorias. A esta análise também considera a relação de itens tidos como obsoletos.

(v) Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todos os riscos referentes a processos judiciais que representem perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência disponível, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. A Administração acredita que as provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão corretamente apresentadas nas demonstrações financeiras.

(vi) Provisão para perdas esperadas com contas a receber de clientes

A provisão para perdas esperadas com contas a receber de clientes é estimada com base no histórico de perdas identificadas e é considerada suficiente pela Administração para cobrir as prováveis perdas quando da realização de contas a receber de clientes.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado		
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2019	
Caixa e depósitos à vista	224.167	101.363	47.894	101.363	47.894
Aplicações financeiras	1.066.439	1.820.430	250.442	1.845.214	266.942
	1.290.606	1.921.793	298.336	1.946.577	314.836

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins, sendo que a Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor, sendo que estão representadas por aplicações financeiras em Certificados de Depósito Bancário em instituições financeiras de primeira linha, remuneradas, entre 80,0% a 100,0% do CDI (2020 - 60,0% a 100,0% do CDI; 2019 - 75% a 90% do CDI).

Tivemos uma redução nas disponibilidades que foi consumida substancialmente para liquidar obrigações com fornecedores oriundas da aquisição de estoques.

A Companhia mantém políticas de investimentos financeiros que determinam que os investimentos se concentrem em valores mobiliários de baixo risco e aplicações em instituições financeiras consideradas sólidas pela Administração da Companhia.

5. Aplicações financeiras

	Moeda	Consolidado	
		31/12/2020	31/12/2019
Ações cotadas	US\$	277.322	130.608
Títulos de dívida	US\$	464.541	386.449
		741.863	517.057

A Abigail Worldwide Ltd. possui uma carteira de investimentos em ações cotadas e títulos de dívida. Os valores de mercado dessas ações e títulos são determinados por referência a cotações de preços publicados em um mercado ativo. As ações e títulos públicos são diversificadas e possuem rendimentos, do período de 2019 a 2020, variaram entre 2,68% a.a. e 8,75% a.a. Os valores das aplicações financeiras em US\$ foram convertidos para Reais de acordo com a taxa oficial divulgada pelo Banco Central do Brasil na data de cada balanço patrimonial.

6. Contas a receber de clientes

Os valores a receber de clientes estão assim representados:

	Controladora		Consolidado		
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Cientes cartão Havan	2.027.268	1.900.242	2.395.396	1.900.242	2.395.396
Administradoras de cartões de crédito	910.334	775.948	608.896	775.948	608.896
Contas a receber	2.937.602	2.676.190	3.004.292	2.676.190	3.004.292
(-) Ajuste a valor presente	(35.655)	(20.240)	(54.133)	(20.240)	(54.133)
(-) Perdas de créditos esperadas	(530.963)	(531.740)	(277.463)	(531.740)	(277.463)
Total de contas a receber de clientes	2.370.984	2.124.210	2.672.696	2.124.210	2.672.696
Circulante	2.271.745	2.016.634	2.573.547	2.016.634	2.573.547
Não circulante	99.239	107.576	99.149	107.576	99.149

As vendas a prazo foram trazidas ao valor presente na data das transações com base na taxa estimada pelo prazo de recebimento, que considerou o risco atrelado ao recebível como sendo a taxa média de inadimplência adicionado ao CDI como indexador inflacionário. O prazo médio de recebimento no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foi de 70 dias (31 de dezembro de 2020 - 70 dias; 31 de dezembro de 2019 - 87 dias).

O ajuste a valor presente tem como contrapartida a conta de clientes e sua recomposição é registrada como receita financeira no resultado financeiro. A taxa de desconto utilizada envolve a análise da estrutura de capital e as incertezas do contexto macroeconômico e foi, na média, de 2,88% a.a. no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 (4,42% a.a. em 2020; 6,59% a.a. em 2019).

O saldo com as administradoras de cartões de crédito corresponde aos recebíveis provenientes das vendas no curso normal dos negócios da Companhia, os quais vencem em parcelas de até 10 meses. Os saldos de recebíveis decorrentes do Cartão Havan são de operações de crediário (parcelamento direto Companhia e cliente), podendo ser parcelado em até 24 meses.

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

3.1. Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras. No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, a administração fez os julgamentos, abaixo descritos, que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

(i) Determinação do prazo de arrendamento de contratos que possuam cláusulas de opção de renovação ou rescisão (Companhia como arrendatário)

A Companhia determina o prazo do arrendamento como o prazo contratual não cancelável, juntamente com os períodos incluídos em eventual opção de renovação na medida em que essa renovação seja avaliada como razoavelmente certa e com períodos cobertos por uma opção de rescisão do contrato na medida em que também seja avaliada como razoavelmente certa.

A Companhia possui contratos de arrendamento que incluem opções de renovação e rescisão. A Companhia aplica julgamento ao avaliar se é razoavelmente certo se deve ou não exercer a opção de renovar ou rescindir o arrendamento. Nessa avaliação considera todos os fatores relevantes que criam um incentivo econômico para o exercício da renovação ou da rescisão. Após a mensuração inicial a Companhia reavalia o prazo do arrendamento se houver um evento significativo ou mudança nas circunstâncias que esteja sob seu controle e afetará sua capacidade de exercer ou não exercer a opção de renovar ou rescindir (por exemplo, realização de benfeitorias ou customizações significativas no ativo arrendado).

Os períodos de renovação de arrendamentos com períodos não canceláveis mais longos não são incluídos como parte do prazo do arrendamento, pois esses não são avaliados pela Administração como razoavelmente certos. Além disso, os períodos cobertos pelas opções de rescisão são incluídos como parte do prazo do arrendamento apenas quando são avaliados como razoavelmente certos de não serem exercidos.

3.2. Estimativas e premissas

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras.

A liquidação das transações envolvendo estas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas anualmente.

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data de reporte, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir.

(i) Tributos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado o amplo aspecto da legislação tributária bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. Diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

(ii) Mensuração ao valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de



A seguir encontra-se a síntese da movimentação do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 – Controladora e Consolidado:

Custo	Taxa média anual de depreciação	Controladora e Consolidado				
		Saldo em 31/12/2018	Adições	Baixas	Reclassificação (*)	Saldo em 31/12/2019
Edificações e instalações		108.725	39.946	(450)	-	148.221
Máquinas e equipamentos		44.902	24.734	-	-	69.636
Móveis e utensílios		170.126	40.903	-	-	211.029
Equipamentos de informática		58.206	6.359	-	(10.457)	54.108
Veículos e aeronaves		99.700	16.105	-	(98.560)	17.245
Benfeitorias em imóveis de terceiros		392.862	174.447	-	-	567.309
Obras em andamento		16.623	45.948	-	-	62.571
		891.144	348.442	(450)	(109.017)	1.130.119
Depreciação						
Edificações e instalações	4% a 5%	(46.142)	(12.930)	313	-	(58.759)
Máquinas e equipamentos	10%	(21.210)	(5.102)	-	-	(26.312)
Móveis e utensílios	10%	(80.460)	(17.307)	-	-	(97.767)
Equipamentos de informática	20%	(35.416)	(5.845)	-	4.326	(36.935)
Veículos e aeronaves	10% a 35%	(35.186)	(958)	-	34.318	(1.826)
Benfeitorias em imóveis de terceiros	3% a 10%	(93.725)	(20.071)	-	-	(113.796)
		(312.139)	(62.213)	313	38.644	(335.395)
Total do imobilizado		579.005	286.229	(137)	(70.373)	794.724

(*) refere-se à reclassificações entre as rubricas de imobilizado para direito de uso, decorrente da adoção do CPC 06(R2), em 1º de janeiro de 2019 (nota 16).

A Companhia não possui imobilizados de sua propriedade dados em garantias a quaisquer empréstimos e financiamentos, ou, de processos seja na esfera administrativa ou judicial. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 não foram identificadas perdas no retorno dos ativos da Companhia que pudessem requerer provisão para perda de recuperabilidade (impairment) de seus ativos imobilizados.

11. Partes relacionadas

Os saldos e transações com partes relacionadas na data dos balanços são os seguintes:

Categoria	Controladora			Consolidado		
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	
Ativo						
Contas a receber (ativo circulante)						
Luciano Hang	-	34.465	-	34.465	-	
Mútuo (ativo não circulante)						
Brashop S.A.	-	29	-	29	-	
Adiantamento de obras (ativo não circulante)						
Challenger Fundo de Investimento Imobiliário	Adto. Obras (a)	28.380	155.935	171.982	155.935	171.982
Brashop S.A.	Adto. Obras (a)	-	-	56.550	-	56.550
Master S.A.	Adto. Obras (a)	1.934	-	9.496	-	9.496
Angicos Participações Ltda.	Adto. Obras (a)	-	-	12.312	-	12.312
Total do ativo		30.314	190.429	250.340	190.429	250.340
Passivo						
Fornecedores (passivo circulante)						
Challenger Fundo de Investimento Imobiliário	Aluguel	10.905	10.009	15.009	10.009	15.009
Brashop S.A.	Aluguel	1.844	1.754	1.513	1.754	1.513
Master S.A.	Aluguel	1.331	1.592	647	1.592	647
Angicos Participações Ltda.	Aluguel	218	240	240	240	240
Edmonton Comércio e Serviços Ltda.	Aluguel	45	-	-	-	-
Bruem Brusque Empreendimentos Ltda.	Aluguel	384	-	-	-	-
Solução Propaganda e Publicidade Ltda.	Marketing	244	244	244	244	244
		14.971	19.839	17.733	19.839	17.733
Passivo de arrendamentos (passivo circulante e não circulante)						
Challenger Fundo de Investimento Imobiliário	Arrendamentos	992.152	1.491.730	1.455.540	1.491.730	1.455.540
Brashop S.A.	Arrendamentos	192.581	186.241	156.820	186.241	156.820
Master S.A.	Arrendamentos	107.294	159.073	67.287	159.073	67.287
Angicos Participações Ltda.	Arrendamentos	28.108	32.493	31.513	32.493	31.513
Edmonton Comércio e Serviços Ltda.	Arrendamentos	521	-	488	-	488
		1.320.656	1.869.537	1.711.628	1.869.537	1.711.628
Mútuo (passivo não circulante)						
Edmonton Comércio e Serviços Ltda.	Mútuos	-	104	1.737	104	1.737
Luciano Hang	Controlador	-	-	94.283	-	94.283
		-	104	96.020	104	96.020
Total do passivo		1.335.627	1.889.480	1.825.381	1.889.480	1.825.381

(a) Os valores a receber na data dos balanços referem-se a adiantamentos feitos pela Companhia para financiamento da construção de lojas. Os valores adiantados são atualizados pelo mesmo índice da correção do aluguel, e são quitados em até 30 dias após o fechamento mensal. Os aluguéis são definidos entre 0,75% a 1,5% do valor dos imóveis.

Transações que afetaram o resultado do exercício:

	Controladora			Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Despesa energia elétrica					
Havan Comercializadora de Energia Ltda. (a)	-	(29.108)	(34.723)	(29.108)	(34.723)
Geradora de Energia Rio Fortuna S.A. (a)	(7.794)	-	-	-	-
Geradora de Energia São Maurício S.A. (a)	(2.970)	-	-	-	-
Despesa antecipação de recebíveis					
Havan Fundo de Investimento em Direitos Creditórios	(707.781)	(555.519)	(406.656)	(555.519)	(406.656)
Despesas de serviços de publicidade					
Solução Propaganda e Publicidade Ltda.	(3.290)	(3.290)	(3.290)	(3.290)	(3.290)
Despesas de amortização de direito de uso					
Challenger Fundo de Investimento Imobiliário	(88.162)	(124.660)	(102.925)	(124.660)	(102.925)
Brashop S.A. – Administradora de Shopping Center	(8.393)	(8.042)	(8.994)	(8.042)	(8.994)
Master S.A.	(8.229)	(9.129)	(3.022)	(9.129)	(3.022)
Edmonton Comércio e Serviços Ltda.	(379)	(450)	(434)	(450)	(434)
Angicos Participações Ltda.	(1.035)	(1.055)	(108)	(1.055)	(108)
Bruem Brusque Empreendimentos Ltda	(611)	-	-	-	-
Despesas de juros sobre arrendamento					
Challenger Fundo de Investimento Imobiliário	(90.568)	(143.643)	(122.864)	(143.643)	(122.864)
Brashop S.A. – Administradora de Shopping Center	(19.575)	(18.923)	(21.778)	(18.923)	(21.778)
Master S.A.	(13.910)	(14.663)	(6.935)	(14.663)	(6.935)
Edmonton Comércio e Serviços Ltda.	(35)	(21)	(56)	(21)	(56)
Angicos Participações Ltda.	(2.581)	(2.889)	(220)	(2.889)	(220)
Bruem Brusque Empreendimentos Ltda	(1.817)	-	-	-	-

(a) A redução em transações com a Havan Comercializadora de Energia é devido a mudança na política de compra de energia, o qual a Companhia está adquirindo diretamente no mercado livre de energia ou diretamente com as geradoras que são partes relacionadas.

11.1. Termos e condições de transação com partes relacionadas

A Companhia mantém transações com empresas classificadas pela Administração como partes relacionadas, por possuírem controle comum do acionista controlador da Companhia, o Sr. Luciano Hang.

A Companhia mantém contratos de aluguel de lojas comerciais com a Brashop S.A. Administradora de Shopping Center, Master S.A., Edmonton Comércio e Serviços Ltda., Angicos Participações Ltda. e com Challenger Fundo de Investimento Imobiliário. Os valores a receber na data dos balanços referem-se a adiantamentos feitos pela Companhia à Brashop S.A. Administradora de Shopping Center, Master S.A. Angicos Participações Ltda. e com Challenger Fundo de Investimento Imobiliário para financiamento da construção de lojas. Os valores adiantados são atualizados, exceto para a Brashop S.A., e são compensados com os pagamentos dos aluguéis devidos mensalmente. Os aluguéis são definidos entre 0,75% a 1,5% do valor dos imóveis.

As despesas de energia elétrica referem-se à compra de energia de companhias geradoras de energia elétrica (PCH) de propriedade dos acionistas ou nas quais os acionistas tenham participação societária. Os preços são estabelecidos em contratos e respeitam as diretrizes dos órgãos reguladores, e do mercado livre, quando aplicável.

As despesas com as antecipações de recebíveis com a Havan Fundo de Direitos Creditórios referem-se ao valor do desconto de recebíveis pagos para o FIDC.

11.2. Despesas com administradores

A Companhia é administrada por uma Diretoria, formada por 2 (dois) membros acionistas ou não, residentes no país. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 as despesas com esses administradores, compostas por pró-labore, encargos sociais obrigatórios, totalizaram R\$ 1.238 (2020 – R\$ 767; 2019 – R\$ 700). A Companhia concede aos seus administradores plano de assistência médica, mas a Companhia não tem nenhuma obrigação adicional de pós-emprego bem como não oferece outros benefícios de longo prazo, tais como licença por tempo de serviço e outros benefícios por tempo de serviço. A Companhia também não oferece outros benefícios no desligamento, além daqueles definidos pela legislação trabalhista no Brasil.

11.3. Obrigações da Companhia e seu acionista controlador como fiador em empréstimos de partes relacionadas

A Companhia e seu acionista controlador Sr. Luciano Hang, participam como fiadores de contratos de empréstimos de partes relacionadas. Especificamente para as partes relacionadas Challenger Fundo de Investimento Imobiliário e Brashop S.A., além do aval, os empréstimos possuem cláusulas compulsórias de covenants a serem cumpridos, que leva em consideração inclusive os números contábeis da Havan. A Companhia faz acompanhamento (cross-default) da saúde financeira de suas partes relacionadas com objetivo de destacar possíveis passivos financeiros. As demonstrações financeiras da Companhia são objeto de análise de indicadores de covenants da Gassupi Participações S.A., porém a Companhia não é fiadora da operação, apenas possui vínculo através do seu acionista controlador Sr. Luciano Hang. Em 31 de dezembro de 2021 as companhias estavam adimplentes com as obrigações e com os indicadores de covenants.

12. Empréstimos, financiamentos e debêntures

Encargos	Controladora		Consolidado		
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	
Capital de giro					
Itaú	7,5% a.a. a 9,1% a.a.	-	112.994	-	112.994
Bradesco	100% CDI+1,8% a.a.	-	968	-	968
Banco do Brasil	10,22% a.a.	-	5.513	-	5.513
Santander	100% CDI+1,2% a.a.	75.460	71.429	71.429	-
CCB	100% CDI+2,9% a.a.	108.387	135.182	-	135.182
Notas promissórias					
Itaú	100% CDI+1,75% a.a.	525.399	759.232	-	759.232
Debêntures					
Itaú	100% CDI+2,25% a.a.	1.167.765	1.510.911	-	1.510.911
Bradesco	100% CDI+2,35% a.a.	132.396	195.160	-	195.160
Santander	100% CDI+2,25% a.a.	273.359	100.933	-	100.933
Moeda estrangeira					
Bradesco	2,02% a.a. à 6,38% a.a.	-	62.722	236.652	62.722
Banco do Brasil	2,8% a.a.	-	-	3.386	-
Itaú	5,17% a.a. à 6,26% a.a.	-	36.954	-	36.954
Citibank	100% LIBOR+0,82%	80.106	123.819	123.819	125.019
Santander	1,57% a.a. à 5,71% a.a.	-	171.790	262.340	171.790
EFG Bank	3,95% a.a.	-	-	227.232	176.268
CCB	1,64% a.a.	-	13.170	106.969	13.170
		2.362.872	2.422.070	1.613.073	2.649.302
Circulante		687.971	811.053	929.882	811.053
Não circulante		1.674.901	1.611.017	683.191	1.838.249

Os empréstimos, financiamentos e debêntures são garantidos, por partes relacionadas e incluem o seguinte: i) por notas promissórias avalizadas pelos sócios, e ii) cessão fiduciária de recebíveis de aluguéis. As garantias não têm qualquer remuneração.

A seguir demonstramos os dados dos contratos em 31 de dezembro de 2021 da Controladora:

	Data inicial	Data Final	Garantia	Saldo circulante	Saldo não circulante	31/12/2021
Capital de giro						
Santander	28/01/2020	19/01/2022	Aval Brashop S.A. e Luciano Hang	75.460	-	75.460
CCB	21/08/2020	07/08/2023	Aval Brashop S.A. e Luciano Hang	65.187	43.200	108.387
Notas promissórias						
Itaú	15/04/2021	14/04/2023	Aval Brashop S.A., Master S.A. e Luciano Hang	18.928	506.471	525.399
Debêntures						
Itaú	03/08/2020	15/09/2025	Fiança Brashop S.A. e Luciano Hang	333.852	836.508	1.167.765
Bradesco	05/10/2020	15/09/2023	Fiança Brashop S.A. e Luciano Hang	67.990	64.406	132.396
Santander	08/10/2020	25/09/2025	Fiança Brashop S.A. e Luciano Hang	73.259	200.100	273.359
Moeda estrangeira						
Citibank	28/05/2019	12/06/2023	Aval Brashop S.A. e Luciano Hang	53.295	26.811	80.106
				687.971	1.674.901	2.362.872

Em março de 2021 a Companhia efetuou uma nova captação de debêntures com o Santander no montante de R\$ 200.000 e em abril de 2021 captou de R\$ 500.000 via emissão de notas promissórias, com remuneração de CDI + 1,75% a.a. com prazo de pagamento do principal de 2 anos.

A Companhia possui em seus contratos de debêntures cláusulas restritivas de covenants, que estão sendo plenamente atendidas em 31 de dezembro de 2021. De acordo com as cláusulas restritivas de covenants a Companhia obriga-se a observar anualmente, com base nas demonstrações financeiras consolidadas auditadas os seguintes índices:

- A razão entre a Dívida Líquida e o EBITDA não poderá ser superior a 2,5 (dois inteiros e cinco décimos);
- A razão entre o EBITDA e as Despesas Financeiras Líquidas não poderá ser inferior a 3,0 (três inteiros); e
- O índice de liquidez não poderá ser inferior a 1,13 (um inteiro e treze centésimos)

Movimentação de empréstimos, financiamentos e debêntures da Controladora:



Saldo em 31 de dezembro de 2018	873.809
Juros e atualizações provisionados e custos com captação	89.891
Variação cambial	26.861
Pagamento de principal	(904.079)
Pagamento de juros	(37.113)
Transferência para passivo de arrendamentos - nota 16-b	(50.505)
Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures	1.614.209
Saldo em 31 de dezembro de 2019	1.613.073
Juros e atualizações provisionados e custos com captação	129.422
Variação cambial	199.715
Pagamento de principal	(2.645.872)
Pagamento de juros	(100.345)
Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures	3.226.077
Saldo em 31 de dezembro de 2020	2.422.070
Juros e atualizações provisionados e custos com captação	168.503
Variação cambial	11.105
Pagamento de principal	(804.259)
Pagamento de juros	(134.547)
Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures	700.000
Saldo em 31 de dezembro de 2021	2.362.872

Cronograma de amortização dos empréstimos, financiamentos e debêntures do não circulante em 31 de dezembro de 2021 da Controladora:

Ano	31/12/2021
2023	1.003.226
2024	368.883
A partir de 2025	302.792
	1.674.901

13. Fornecedores

	Controladora			Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Fornecedores	2.392.239	2.517.242	2.159.515	2.517.242	2.159.515
(-) Efeito de ajuste a valor presente	(46.592)	(37.722)	(39.684)	(37.722)	(39.684)
	2.345.647	2.479.520	2.119.831	2.479.520	2.119.831

A taxa de desconto utilizada no ajuste a valor presente envolve a análise da estrutura de capital e as incertezas do contexto macroeconômico e foi de 6,55% a.a. para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 (5,0% a.a. em 2020; 6,85% a.a. em 2019). Inicialmente o seu valor presente possui como contrapartida a conta de "Estoques". Após o registro inicial, o registro da recomposição do ajuste a valor presente é registrado na rubrica "Despesas financeiras". No saldo de fornecedores está considerado, também, os valores a pagar com partes relacionadas classificadas no passivo circulante (Vide nota explicativa 11). Em 31 de dezembro de 2021 este saldo representava R\$ 14.971 (2020 – R\$ 19.839; 2019 – R\$ 17.733).

14. Obrigações tributárias

	Controladora			Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
ICMS a recolher	169.684	204.100	123.340	204.100	123.340
PIS e COFINS a recolher	62.969	46.130	335	46.130	335
IRRF a recolher	4.997	5.421	3.174	5.421	3.174
IRPJ e CSLL a pagar	64.789	76.877	8.244	76.877	8.244
PERT	204.172	221.890	241.306	221.890	241.306
Outros impostos	15.652	19.125	2.132	19.125	2.132
Total de obrigações tributárias	522.263	573.543	378.531	573.543	378.531
Circulante	315.885	329.282	157.775	329.282	157.775
Não circulante	206.378	244.261	220.756	244.261	220.756

Em janeiro de 2017 e setembro de 2017, a Havan, aderiu ao "PRT" e ao "PERT", conforme previsto nas MPs nº 766/2018 e nº 783/2018, realizando a migração dos débitos já parcelados conforme a Lei 12.865/13, bem como débitos novos no âmbito da Receita Federal do Brasil (RFB). Em dezembro de 2018 a RFB realizou a consolidação do PERT. As parcelas estão sendo pagas mensalmente conforme o cronograma de pagamentos.

15. Imposto de renda e contribuição social

a) Imposto de renda e contribuição social diferidos

	Controladora			Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Diferenças ativas					
Provisões	56.628	47.704	42.467	47.704	42.467
Ajuste a valor presente	-	-	7.308	-	7.308
Arrendamento mercantil	51.261	33.861	8.707	33.861	8.707
Prejuízo fiscal	-	5.459	-	5.459	-
Diferenças passivas					
Ajuste a valor presente	(123)	(3.503)	-	(3.503)	-
Instrumentos financeiros	(7.638)	(9.484)	(2.161)	(9.484)	(2.161)
Juros capitalizados	-	(441)	(1.323)	(441)	(1.323)
Saldo líquido de ativo fiscal diferido	100.128	73.596	54.998	73.596	54.998

Os tributos diferidos (ativo líquido) serão realizados com base na realização das diferenças temporárias ativas e passivas que originaram sua constituição.

b) Conciliação do imposto de renda e contribuição social sobre o resultado

	Controladora			Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Lucro antes dos impostos e contribuições	609.306	706.469	537.389	706.469	537.389
Alíquotas vigentes dos tributos	34%	34%	34%	34%	34%
Expectativa de despesa de IRPJ e CSLL	(207.164)	(240.196)	(182.712)	(240.199)	(182.712)
Diferenças permanentes:					
Doações e outras despesas indedutíveis	(3.539)	(9.666)	(3.627)	(9.669)	(3.627)
Resultado de empresa controlada no exterior	-	3.460	-	3.460	-
Juros sobre capital próprio	21.559	5.742	12.457	5.742	12.457
Incentivos fiscais	25.832	28.403	17.249	28.403	17.249
IRPJ e CSLL sobre atualização Selic processos judiciais	56.362	-	-	-	-
Variação cambial sobre investimento no exterior	72.930	-	-	-	-
Créditos extemporâneos de IR e CS	-	-	54.595	-	54.595
Provisão de contingências	(44.936)	-	(54.595)	-	(54.595)
Estorno provisão de IR e CS contingente	-	-	32.572	-	32.572
Outros	525	5.209	15.096	5.209	15.096
IRPJ e CSLL no resultado	(78.431)	(207.054)	(108.965)	(207.054)	(108.965)
Taxa efetiva do IRPJ e CSLL	12,87%	29,31%	20,28%	29,31%	20,28%
IRPJ e CSLL correntes	(104.963)	(225.652)	(150.238)	(225.652)	(150.238)
IRPJ e CSLL diferidos	26.532	18.598	41.273	18.598	41.273

16. Arrendamentos

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 a Companhia possuía 184 contratos ativos. Os ativos de direito de uso têm o seu valor recuperável analisado, no mínimo anualmente. A Administração não encontrou a necessidade de constituição de provisão para o valor recuperável. A seguir demonstramos as variações no direito de uso de arrendamentos e passivo de arrendamentos:

a) Direito de uso de arrendamentos

A movimentação do direito de uso de arrendamentos está demonstrada abaixo:

	Equipamentos de informática		Locações de imóveis		Total
	Aeronaves				
Saldos em 31 de dezembro de 2018	-	-	-	-	-
(+) Adoção inicial - IFRS 16/CPC 06 (R2)	-	-	1.747.753	1.747.753	
(+) Reclassificação do imobilizado - IFRS 16/CPC 06 (R2)	64.242	6.131	-	70.373	
Saldo em 01 de janeiro de 2019	64.242	6.131	1.747.753	1.818.126	
(+/-) Remensuração e novos contratos	229.331	832	591.414	821.577	
(-) Amortização	(21.590)	(1.724)	(146.837)	(170.151)	
Saldos em 31 de dezembro de 2019	271.983	5.239	2.192.330	2.469.552	
(+/-) Remensuração e novos contratos	-	-	377.858	377.858	
(-) Amortização	(32.815)	(1.649)	(181.153)	(215.617)	
Saldos em 31 de dezembro de 2020	239.168	3.590	2.389.035	2.631.793	
(+/-) Remensuração e novos contratos (a)	-	-	(194.581)	(194.581)	
(-) Amortização	(36.804)	(1.263)	(155.969)	(194.036)	
Saldos em 31 de dezembro de 2021	202.364	2.327	2.038.485	2.243.176	

(a) A Companhia renegociou junto ao locador Challenger Fundo Imobiliário, Master S.A., Bruem Empreendimentos Ltda. e Angicos Participações (partes relacionadas) os valores de aluguéis de locações de imóveis, adequando ao atual cenário econômico/financeiro da Companhia e do mercado. Anteriormente os contratos eram calculados a 1,2% do valor de avaliação do imóvel na data de inauguração das lojas e corrigidos anualmente pelo IPCA. Com o aditivo, a partir de 2021 os valores passaram a ser no mínimo 0,75% do valor de avaliação ou 1,8% do faturamento mensal bruto da loja (filial) locada, considerando o que for maior. O valor mínimo será corrigido anualmente pelo IPCA e os prazos de vigência permaneceram inalterados.

A composição da Controladora está demonstrada abaixo:

	Custo de aquisição	Amortização acumulada	Líquido em 31/12/2021	Líquido em 31/12/2020	Líquido em 31/12/2019
Aeronaves	327.861	(125.497)	202.364	239.168	271.983
Equipamentos de informática	11.248	(8.921)	2.327	3.590	5.239
Locações de imóveis	2.520.411	(481.926)	2.038.485	2.389.035	2.192.330
	2.859.520	(616.344)	2.243.176	2.631.793	2.469.552

b) Passivo de arrendamentos

Os saldos de passivo de arrendamentos estão demonstrados abaixo:

	Controladora			Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Aeronaves	213.709	239.682	255.913	239.682	255.913
Equipamentos de informática	2.410	3.631	4.748	3.631	4.748
Locações de imóveis	2.250.960	2.539.648	2.262.020	2.539.648	2.262.020
Arrendamentos a pagar	2.467.079	2.782.961	2.522.681	2.782.961	2.522.681
Circulante	154.954	156.841	130.996	156.841	130.996
Não circulante	2.312.125	2.626.120	2.391.685	2.626.120	2.391.685

No saldo de locações de imóveis está considerado, também, os valores a pagar com partes relacionadas classificadas como passivo de arrendamento (Vide nota explicativa 10). Em 31 de dezembro de 2021 este saldo representava R\$ 1.320.656 (2020 – R\$ 1.869.537; 2019 – R\$ 1.711.628).



A movimentação de passivo de arrendamentos está demonstrada abaixo:

	Aeronaves	Equipamentos de informática	Locações de imóveis	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2018	-	-	-	-
(+) Reclassificação de empréstimos e financiamentos - IFRS 16/CPC 06 (R2)	45.337	5.168	-	50.505
(+) Adoção inicial - IFRS 16/CPC 06 (R2)	-	-	1.747.753	1.747.753
Saldo em 01 de janeiro de 2019	45.337	5.168	1.747.753	1.798.258
(+/-) Adições e remensurações	230.403	832	591.414	822.649
(+) Encargos	11.476	456	197.253	209.185
(-) Contraprestação (principal e juros)	(31.303)	(1.708)	(274.400)	(307.411)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	255.913	4.748	2.262.020	2.522.681
(+/-) Adições e remensurações	10.858	-	377.858	388.716
(+) Encargos	10.702	375	238.390	249.467
(-) Contraprestação (principal e juros)	(37.791)	(1.492)	(338.620)	(377.903)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	239.602	3.631	2.539.648	2.782.961
(+/-) Adições e remensurações	2.996	-	(194.581)	(191.585)
(+) Encargos	11.820	271	205.622	217.713
(-) Contraprestação (principal e juros)	(40.789)	(1.492)	(299.729)	(342.010)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	213.709	2.410	2.250.960	2.467.079
Circulante	51.808	1.333	101.814	154.955
Não circulante	161.901	1.078	2.149.146	2.312.125

O cronograma de vencimento do passivo de arrendamentos do não circulante da Controladora está demonstrado abaixo:

Ano	Controladora 31/12/2021
2023	109.596
2024	128.588
2026	152.739
A partir de 2026	1.921.202
	2.312.125

Os contratos de aluguel possuem prazos de 1 a 30 anos de duração, podendo ou não serem renovados desde que ambas as partes tenham comum acordo e aviso prévio de 90 a 180 dias. As taxas de desconto utilizadas variam e não estão explicitadas em contrato, contudo a Administração adotou uma taxa de mercado nominal de acordo com o prazo de cada contrato.

A taxa média ponderada de desconto utilizada em 31 de dezembro de 2021 para locações de imóveis é de 10,49% a.a. (2020 - 10,27%; 2019 - 10,27%), para aeronaves arrendadas pela Companhia, duas possuem arrendamento fixado ao CDI e uma fixada ao LIBOR-03 adicionado de um spread de 1,7% a.a., e para equipamentos de informática é de 9,09% a.a..

17. Outros passivos

O saldo de outros passivos está assim composto:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2020	31/12/2019
Proteção financeira a pagar	33.663	23.558	20.995	23.558
Antecipação bônus (a)	98.191	140.129	173.231	173.231
Outras exigibilidades (b)	49.749	29.442	22.298	22.298
	181.603	193.129	193.129	216.524
Circulante	127.053	96.116	84.054	96.116
Não circulante	54.550	97.013	132.470	97.013

(a) Em março de 2019 a Companhia celebrou um acordo operacional para distribuição de seguros com a Zurich Seguros e recebeu o montante de R\$ 200.000, de forma antecipada, referente ao bônus de exclusividade de venda de serviços de proteção financeira para os clientes do Cartão Havan e bônus de metas a serem alcançadas. Os bônus recebidos são para os próximos 5 anos e Companhia irá reconhecer a receita de acordo com os prazos e metas previstas em contrato.

(b) O incremento do exercício de 2020 para 2021 é representado substancialmente pela compra de créditos de ICMS.

18. Provisão para contingências de riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia está envolvida em determinadas questões trabalhistas, cíveis e tributárias, tanto na esfera administrativa como judicial. A Administração, com base na opinião de seus assessores jurídicos, constituiu provisão para aqueles casos em que as probabilidades de perda são consideradas "prováveis", e considera que tais valores são suficientes para cobrir tais perdas.

	Controladora			Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Processos de natureza tributária (a)	297.510	227.924	238.007	227.924	238.007
Processos de natureza trabalhista (b)	12.304	11.281	14.438	11.281	14.438
Processos de natureza cível e outros (c)	4.580	2.903	2.190	2.903	2.190
	314.394	242.108	254.635	242.108	254.635

a) Os principais temas tributários da Companhia envolvem discussões sobre: (i) Recolhimento simplificado para o ICMS diferencial de alíquota e substituição tributária; (ii) PIS e COFINS originados na Zona Franca de Manaus; (iii) créditos de PIS e COFINS glosados pela Receita Federal do Brasil; (iv) despesas que a Receita Federal do Brasil entende que não são dedutíveis do IRPJ e CSLL; e adicionalmente foram constituídas provisões para temas controversos de diversas naturezas. A Companhia possui uma opinião legal de seus assessores jurídicos para todas os temas em discussões, além de acompanhar a evolução de todas as discussões a cada trimestre de forma que,

havendo alteração no cenário, as avaliações de riscos e eventuais perdas também serão reavaliadas. O incremento do exercício refere-se ao complemento das provisões do exercício findo de 31 de dezembro de 2021.

(b) Corresponde à estimativa de valores relacionados a vários processos trabalhistas, principalmente devido a demissões ocorridas no curso normal de seus negócios. Essa provisão corresponde aos processos de risco provável de perda, conforme avaliação dos assessores jurídicos que acompanham as referidas causas.

(c) A Companhia responde a ações de natureza cível e outras em diversos níveis judiciais. Essa provisão corresponde aos processos cujas perdas são consideradas de risco provável.

A movimentação dessas provisões pode ser sumariada como segue:

	Controladora			
	31/12/2020	Adições	Baixas	31/12/2021
Ações tributárias	227.924	69.586	-	297.510
Ações trabalhistas	11.281	1.023	-	12.304
Ações cíveis e outros	2.903	1.677	-	4.580
Total	242.108	72.286	-	314.394

Controladora			
31/12/2019	Adições	Baixas	31/12/2020
7.139	1.440	-	8.579
7.139	1.440	-	8.579

	Controladora			
	31/12/2019	Adições	Baixas	31/12/2020
Ações tributárias	238.007	7.774	(17.857)	227.924
Ações trabalhistas	14.438	-	(3.157)	11.281
Ações cíveis e outros	2.190	713	-	2.903
Total	254.635	8.487	(21.014)	242.108

Controladora			
31/12/2018	Adições	Baixas	31/12/2019
7.820	-	(681)	7.139
7.820	-	(681)	7.139

	Controladora			
	31/12/2018	Adições	Baixas	31/12/2019
Ações tributárias	193.111	47.597	(2.701)	238.007
Ações trabalhistas	10.046	4.392	-	14.438
Ações cíveis e outros	1.408	782	-	2.190
Total	204.565	52.771	(2.701)	254.635

Controladora			
31/12/2018	Adições	Baixas	31/12/2019
5.664	2.156	-	7.820
5.664	2.156	-	7.820

Processos com de perda possíveis

Os processos cujas perdas são consideradas como "possível", pelos assessores jurídicos totalizam, em 31 de dezembro de 2021:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020
Processos de natureza tributária (a)	329.790	126.941	119.425	126.941
Processos de natureza trabalhista (b)	17.331	14.777	11.672	14.777
Processos de natureza cível e outros (c)	16.027	10.862	9.674	10.862
	363.148	152.580	140.771	152.580

(a) Referem-se a discussões de tributos federais (PIS, COFINS, IPI importação, IRPJ e CSLL) e tributos estaduais (ICMS). Os principais assuntos em discussão tratam: (i) de despesas que a Receita Federal do Brasil entende que não são dedutíveis do IRPJ e CSLL, (ii) Créditos de PIS e COFINS glosados ou sujeitos a questionamentos pela Receita Federal do Brasil devido ao grau de subjetividade. Além disso, a Companhia acompanha a evolução de todas as discussões a cada trimestre de forma que, havendo alteração no cenário, as avaliações de riscos e eventuais perdas também serão reavaliadas.

(b) Processos de natureza trabalhista: pleitos de ex-colaboradores solicitando o complemento de verbas trabalhistas.

(c) Processos de natureza cível e outros: referem-se a demandas de questões de ofertas de preço, perda de garantias, garantias estendidas.

Os riscos dos processos são constantemente avaliados e revisados pela Administração. Adicionalmente, a Companhia contesta também processos administrativos cíveis e trabalhistas, com risco estimado de perda possível, cujos valores envolvidos são irrelevantes para divulgação.

19. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social subscrito e integralizado é de R\$ 300.000 em 31 de dezembro de 2021 (mesmo valor em 31 de dezembro de 2020 e 2019) e está representado por um total de 300.000.000 de ações ordinárias (mesmo número de ações em 2020 e quotas em 2019). A Companhia não possuía capital social autorizado em 31 de dezembro de 2021. Conforme divulgado na nota 1, em 14 de abril de 2020 a Companhia alterou sua natureza jurídica, sendo transformada de sociedade por quotas de responsabilidade limitada para sociedade por ações de capital fechado prevista na Lei nº 6.404/76.

b) Dividendos e destinação de lucros

De acordo com o estatuto social da Companhia, o dividendo mínimo obrigatório é de 5% do lucro líquido do exercício ajustado conforme a Lei das Sociedades por Ações. Os dividendos ainda não liquidados estão provisionados no passivo.

	Controladora	
	31/12/2021	31/12/2020
Lucro líquido do exercício	530.875	499.415
(-) Destinação para a reserva legal	26.543	24.971
Lucro ajustado	504.331	474.444
Dividendos mínimos obrigatórios (5%)	25.217	23.724
Dividendos pagos no exercício		
Dividendo final do exercício anterior	6.835	4.554
Dividendo pagos do exercício	691.026	16.889
Total de dividendos pagos no exercício	697.861	21.443

Conforme divulgado no item 1.2, durante o exercício de 2021 a Companhia cedeu as cotas de sua controlada para seu acionista, para quitar lucros distribuídos.

c) Ajustes de avaliação patrimonial

Compreendem diferenças de moeda estrangeira decorrentes da conversão das demonstrações financeiras de controlada no exterior. Conforme nota 1.2 o valor foi realização para distribuição de lucros e pagamentos com cotas da Abigail.



d) Reserva de incentivos fiscais

Constituída nos termos da Lei nº 6.404/76, alterada pela Lei nº 11.638/07, com base no valor de subvenções governamentais referente inventivo de ICMS dos estados de Mato Grosso do Sul, Goiás, Espírito Santo e Santa Catarina e incentivos de PIS e COFINS sobre equipamentos de informática.

e) Lucro por ação (quotas em 2019)

O lucro por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela divisão do lucro pela quantidade média ponderada de ações em cada exercício:

	Controladora			Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Lucro líquido do exercício	530.875	499.415	428.424	499.415	428.424
Quantidade de ações/quotas (lote de 1.000)	300.000	300.000	206.151	300.000	206.151
Lucro por ação/quota – básico e diluído em reais	1,77	1,66	2,08	1,66	2,08

20. Instrumentos Financeiros

Os principais passivos financeiros da Companhia, que não sejam derivativos, referem-se a empréstimos, fornecedores, imóveis a pagar e partes relacionadas. O principal propósito destes passivos financeiros é financiar as operações da Companhia. Os principais ativos financeiros da Companhia incluem contas a receber de clientes, partes relacionadas, caixa e equivalentes de caixa que resultam diretamente de suas operações. Os instrumentos financeiros constantes nas contas de ativo e passivo encontram-se atualizados na forma contratada no encerramento das demonstrações financeiras, e, correspondem, substancialmente, ao seu valor de mercado.

A classificação dos instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2021 são:

	Nível	Controladora		
		Custo amortizado	Valor justo	Total
Ativos Financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	1	-	1.290.606	1.290.606
Contas a receber de clientes	2	2.370.984	-	2.370.984
Contas a receber partes relacionadas	2	30.314	-	30.314
Instrumentos financeiros derivativos	1	-	22.465	22.465
Passivos Financeiros				
Fornecedores	2	(2.345.647)	-	(2.345.647)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	2	(2.362.872)	-	(2.362.872)
Passivo de arrendamentos	2	(2.467.079)	-	(2.467.079)
Outros passivos	2	(181.603)	-	(181.603)
Total em 31 de dezembro de 2021		(4.955.903)	1.313.071	(3.642.832)

A Companhia está exposta a risco de crédito, risco de liquidez, risco de mercado, risco de taxa de câmbio, risco de gerenciamento de capital, risco da taxa de juros. A alta administração da Companhia supervisiona a gestão destes riscos. A alta administração da Companhia conta com o suporte de um comitê de riscos financeiros que presta assessoria em riscos financeiros e estrutura de governança em riscos financeiros apropriada para a Companhia. O comitê de riscos financeiros fornece garantia à alta administração da Companhia de que as atividades da Companhia em que se assumem riscos financeiros são regidas por políticas e procedimentos apropriados e que os riscos financeiros são identificados, avaliados e gerenciados de acordo com as políticas da Companhia e disposição para risco da Companhia. Todas as atividades com derivativos para fins de gestão de risco são realizadas por equipes especializadas com habilidades, experiência e supervisão apropriadas. É política da Companhia não participar de quaisquer negociações de derivativos para fins especulativos.

a) Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação a contas a receber) e de financiamento, incluindo depósitos em bancos e instituições financeiras, transações cambiais e outros instrumentos financeiros. O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela Diretoria Financeira da Companhia. O risco de crédito do cliente é administrado pela Diretoria, estando sujeito aos procedimentos, controles e política por ela estabelecida em relação a esse risco. Os limites bem como a qualidade de crédito são estabelecidos para todos os clientes com base em critérios internos de classificação. Os recebíveis de clientes em aberto são acompanhados com frequência. A necessidade de uma provisão para perda por redução ao valor recuperável é analisada a cada data reportada com base no histórico de perda incorrida da carteira. O cálculo é baseado em perdas históricas efetivas e no saldo em aberto acima de 180 dias. Essa metodologia tem suportado as estimativas de perdas nesta carteira com elevado grau de assertividade.

Adicionalmente, a Companhia monitora os valores depositados e a concentração em determinadas instituições e, assim, mitiga o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte. Em relação a contas a receber de clientes, a Companhia não tem concentração de recebíveis, pois possui uma carteira de clientes pulverizada. A Companhia está monitorando os efeitos causados pela pandemia do COVID-19 e busca campanhas para quitação de dívidas junto a seus clientes, para evitar aumento de perdas de seus recebíveis.

b) Risco de liquidez

A responsabilidade final pelo gerenciamento do risco de liquidez é da Administração da Companhia, que elabora um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. A Companhia gerencia o risco de liquidez por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, da combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros e pela manutenção de relacionamento próximo com instituições financeiras, com frequente divulgação de informações para suportar decisões de crédito quando da necessidade de recursos externos. A tabela a seguir demonstra os fluxos de caixa dos passivos financeiros mantidos pela Companhia na data de 31 de dezembro de 2021:

	Controladora		
	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	Acima de 3 anos
Fornecedores	2.345.647	-	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures	687.971	368.883	302.792
Arrendamentos mercantil	154.954	109.596	2.202.529
	3.188.572	478.479	2.505.321

c) Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam dois tipos de risco: (i) risco de taxa de juros e (ii) risco cambial.

d) Risco de taxa de câmbio

Esse risco advém de a possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros de captação bem como pela exposição a oscilações de câmbio que aumentem as suas despesas financeiras relativas

a empréstimos obtidos junto a instituições financeiras. A Companhia monitora continuamente a volatilidade das taxas de mercado. A Companhia administra os riscos de mercado através da contratação de instrumentos financeiros derivativos ("swap"), visando minimizar a exposição a possíveis perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio. A Companhia possui passivos atrelados à moeda estrangeira nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021, e, para fins de análise de sensibilidade, adotou como cenário provável a taxa de mercado vigente no exercício de elaboração destas demonstrações. Para o cenário Possível esta taxa foi corrigida em 25% e para o cenário Remoto, em 50%. Dessa forma, a tabela abaixo demonstra a simulação do efeito de variação cambial na demonstração de resultado. Abaixo apresentamos a análise de sensibilidade da exposição ao câmbio.

e) Risco de taxa de câmbio

Em 31 de dezembro de 2021:

Moeda	31/12/2021	Controladora					
		Cenário provável		Cenário possível		Cenário remoto	
		Taxa	Efeito no resultado	Taxa (+) 25%	Efeito no resultado	Taxa (+) 50%	Efeito no resultado
Empréstimos	US\$ (14.356)	5,5799	-	6,9749	(20.027)	8,3699	(40.054)
Efeito no resultado			-		(20.027)		(40.054)

Moeda	31/12/2021	Controladora					
		Cenário provável		Cenário possível		Cenário remoto	
		Taxa	Efeito no resultado	Taxa (-) 25%	Efeito no resultado	Taxa (-) 50%	Efeito no resultado
Empréstimos	US\$ (14.356)	5,5799	-	4,1849	20.027	2,7900	40.052
Efeito no resultado			-		20.027		40.052

f) Gerenciamento de capital

A Administração da Companhia gerencia seus recursos, a fim de assegurar a continuidade dos negócios e maximizar os recursos para aplicação em abertura de lojas, reformas e remodelação das lojas existentes, além de prover retorno aos acionistas. Periodicamente, a Administração revisa a estrutura de capital e sua habilidade de liquidar os seus passivos, bem como monitora tempestivamente o prazo médio de fornecedores em relação ao prazo médio de giro dos estoques, tomando as ações necessárias quando a relação entre esses saldos apresentar ativo maior que o passivo. Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade das operações para oferecer retorno aos acionistas e benefícios a outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo e maximizar os recursos para aplicação em abertura de lojas, reformas e remodelação das lojas existentes. A dívida bruta e dívida líquida em relação ao capital em 31 de dezembro de 2021 é apresentada a seguir:

	Controladora			Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Empréstimos, financiamentos e debêntures (circulante)	687.971	811.053	929.882	811.053	929.882
Empréstimos, financiamentos e debêntures (não circulante)	1.674.901	1.611.017	683.191	1.838.249	859.459
Dívida bruta	2.362.872	2.422.070	1.613.073	2.649.302	1.789.341
(-) Caixa e equivalentes de caixa	1.290.606	1.921.793	298.336	1.946.577	314.836
(-) Aplicações financeiras	-	-	-	741.863	517.057
(-) Instrumentos financeiros	22.465	27.894	6.357	27.894	6.357
Dívida líquida	1.049.801	472.383	1.308.380	(67.032)	951.091
Total do patrimônio líquido	793.845	1.321.122	741.388	1.321.122	741.388
Dívida líquida e patrimônio líquido	1.843.646	1.793.505	2.049.768	1.254.090	1.692.479
Quociente de alavancagem	57%	26%	64%	-5%	56%

h) Risco de taxa de juros

Para a política de gerenciamento do risco de taxa de juros, a Companhia adota a estratégia de diversificação de instrumentos financeiros lastreado em taxas fixas e variáveis, monitorando continuamente o mercado, a fim de identificar eventual necessidade de alteração no seu posicionamento. As aplicações financeiras e os empréstimos e financiamentos, exceto aqueles contratados em moeda estrangeira, são atrelados à taxa de juros pós-fixada. Abaixo apresentamos a análise de sensibilidade da exposição de juros.

Em 31 de dezembro de 2021 (Controladora):

Indexador	31/12/2021	Cenário provável		Cenário possível (+25%)		Cenário remoto (+50%)	
		Taxa	Efeito no resultado	Taxa	Efeito no resultado	Taxa	Efeito no resultado
		média a.a.	resultado	média a.a.	resultado	média a.a.	resultado
Empréstimos, financiamentos e debêntures							
Capital de giro	6,62%	183.847	(12.171)	8,28%	(15.223)	9,93%	(18.256)
Notas promissórias	6,68%	1.573.520	(105.111)	8,35%	(131.389)	10,02%	(157.667)
Debêntures	6,17%	525.399	(32.417)	7,71%	(40.508)	9,26%	(48.652)
Mercado externo	6,31%	80.106	(5.055)	7,89%	(6.320)	9,47%	(7.586)
Efeito no resultado			(154.754)		(193.440)		(232.161)

Indexador	31/12/2021	Cenário provável		Cenário possível (-25%)		Cenário remoto (-50%)	
		Taxa	Efeito no resultado	Taxa	Efeito no resultado	Taxa	Efeito no resultado
		média a.a.	resultado	média a.a.	resultado	média a.a.	resultado
Empréstimos, financiamentos e debêntures							
Capital de giro	6,62%	183.847	(12.171)	4,97%	(9.137)	3,31%	(6.085)
Notas promissória	6,68%	1.573.520	(105.111)	5,01%	(78.833)	3,34%	(52.556)
Mercado externo	6,17%	525.399	(32.417)	4,63%	(24.326)	3,09%	(16.235)
Mercado externo	6,31%	80.106	(5.055)	4,73%	(3.789)	3,16%	(2.531)
Efeito no resultado			(154.754)		(116.085)		(77.407)

j) Instrumentos derivativos

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia contratou operações de instrumentos financeiros derivativos, que estão apresentadas nas demonstrações financeiras a valor justo. O objetivo é proteger a Companhia da exposição cambial (dólares norte-americanos) e taxas de juros fixas, convertendo a dívida para taxa de juros e moeda local. O instrumento utilizado pela Companhia é o swap e o montante em aberto desta transação em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 22.465 (R\$ 27.894 em 31 de dezembro de 2020 e R\$ 6.357 em 31 de dezembro de 2019).

As contratações e liquidações que ocorreram dentro do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, representam R\$ 5.430 (R\$ 21.538 em 31 de dezembro de 2020 e R\$ 38.254 em 31 de dezembro de 2019). Este montante está reconhecido no resultado como receita e/ou despesa financeira.

A Companhia para fins de análise de sensibilidade, adotou como cenário provável a taxa de mercado vigente no exercício de elaboração destas demonstrações. Para o cenário Possível esta taxa foi corrigida em 25% e para o cenário Remoto, em 50%. Dessa forma, a tabela abaixo demonstra a análise de sensibilidade da exposição de variação cambial na demonstração de resultado.



Controladora							
Moeda	31/12/2021	Cenário provável		Cenário possível		Cenário remoto	
	US\$ mil	Taxa	Efeito no resultado	Taxa (+) 25%	Efeito no resultado	Taxa (+) 50%	Efeito no resultado
Instrumentos financeiros	US\$ 31.000	5,5799	-	6,9749	43.245	8,3699	86.490
Efeito no resultado					43.245		86.490

Controladora							
Moeda	31/12/2021	Cenário provável		Cenário possível		Cenário remoto	
	US\$ mil	Taxa	Efeito no resultado	Taxa (-) 25%	Efeito no resultado	Taxa (-) 50%	Efeito no resultado
Instrumentos financeiros	US\$ 31.000	5,5799	-	4,1849	(43.245)	2,7900	(86.487)
Efeito no resultado					(43.245)		(86.487)

Os valores a mercado dos instrumentos derivativos foram obtidos por cotação do instrumento no mercado. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo com derivativos ou em outros ativos de risco. O saldo está assim representado:

31 de dezembro de 2021	Valor do notional US\$ (mil)	Posição ativa/passiva item protegido	Posição passiva	Valor justo
Opções de moeda estrangeira	31.000	US\$	R\$	22.465

21. Receita operacional líquida

	Controladora			Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Receita bruta					
Revenda de mercadorias	12.306.886	10.290.466	10.304.101	10.290.466	10.304.101
Prestação de serviços e outros	272.891	229.505	228.760	229.505	228.760
Total de receitas	12.579.777	10.519.971	10.532.861	10.519.971	10.532.861
Deduções da receita					
Impostos federais	(921.688)	(749.447)	(761.915)	(749.447)	(761.915)
Impostos estaduais	(1.472.003)	(1.178.003)	(1.324.299)	(1.178.003)	(1.324.299)
Devoluções, cancelamentos e outros	(340.665)	(280.231)	(263.981)	(280.231)	(263.981)
Ajuste a valor presente	(71.550)	(84.789)	(147.726)	(84.789)	(147.726)
Perdas esperadas de créditos	(217.756)	(269.459)	(131.426)	(269.459)	(131.426)
Total de deduções das receitas	(3.023.662)	(2.561.929)	(2.629.347)	(2.561.929)	(2.629.347)
Receita operacional líquida	9.556.115	7.958.042	7.903.514	7.958.042	7.903.514

22. Gastos por natureza

	Controladora			Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Gastos por função					
Custo de mercadorias vendidas	(6.233.499)	(5.270.814)	(5.220.807)	(5.270.814)	(5.220.807)
Despesas gerais e administrativas	(290.742)	(217.757)	(294.510)	(217.757)	(294.510)
Despesas com vendas	(1.756.417)	(1.430.232)	(1.514.801)	(1.430.232)	(1.514.801)
	(8.280.658)	(6.918.803)	(7.030.118)	(6.918.803)	(7.030.118)
Gastos por natureza					
Custo de mercadorias vendidas	(5.958.742)	(5.069.292)	(5.011.905)	(5.069.292)	(5.011.905)
Despesas com pessoal	(1.028.646)	(823.239)	(837.185)	(823.239)	(837.185)
Depreciação	(89.240)	(80.254)	(62.213)	(80.254)	(62.213)
Amortização	(4.186)	(3.227)	(2.551)	(3.227)	(2.551)
Amortização de direito de uso	(194.036)	(215.617)	(170.151)	(215.617)	(170.151)
Provisão para perdas de créditos	(63.162)	(33.715)	(84.455)	(33.715)	(84.455)
Frete	(219.670)	(155.760)	(162.333)	(155.760)	(162.333)
Aluguéis	(15.132)	(11.530)	(10.336)	(11.530)	(10.336)
Serviços de terceiros	(105.477)	(93.703)	(86.541)	(93.703)	(86.541)
Operação de lojas	(163.058)	(129.654)	(120.154)	(129.654)	(120.154)
Comissões de cartão de crédito	(82.352)	(50.936)	(51.072)	(50.936)	(51.072)
Propaganda e publicidade	(200.806)	(130.022)	(259.879)	(130.022)	(259.879)
Energia elétrica	(109.249)	(107.706)	(107.427)	(107.706)	(107.427)
Provisões de contingências	(27.350)	12.527	(50.070)	12.527	(50.070)
Taxas e tarifas	(19.552)	(26.675)	(13.846)	(26.675)	(13.846)
	(8.280.658)	(6.918.803)	(7.030.118)	(6.918.803)	(7.030.118)

Havan S.A. | Demonstrações Financeiras | Em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019 com relatório do auditor independente | Página 14 de 14

23. Resultado financeiro

	Controladora			Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Receitas financeiras					
Juros recebidos	180.111	150.237	249.959	150.237	249.959
Rendimento aplicações financeiras	61.785	28.050	11.410	28.050	11.410
Descontos recebidos	38.965	20.008	41.496	20.008	41.496
Ganhos com títulos públicos	-	-	-	86.975	42.855
Ajuste a valor presente	56.136	118.662	138.058	118.662	138.058
Valor justo de instrumentos financeiros	-	21.538	-	21.538	-
Atualização de créditos extemporâneos	7.065	158.819	-	158.819	-
Outras receitas financeiras	1.026	3.110	7.837	3.110	7.837
	345.088	500.444	448.760	587.419	491.615
Despesas financeiras					
Juros sobre empréstimos	(168.503)	(129.422)	(89.891)	(138.314)	(96.832)
Descontos concedidos	(71.931)	(38.021)	(445)	(38.021)	(445)
Despesas bancárias	(11.659)	(9.137)	(4.299)	(9.137)	(4.299)
Perda com títulos públicos	-	-	-	-	-
Multa e juros sobre parcelamentos	(13.344)	(16.708)	(14.539)	(16.708)	(14.539)
Antecipação de recebíveis (a)	(707.781)	(555.519)	(406.656)	(555.519)	(406.656)
Valor justo de instrumentos financeiros	(5.430)	-	(38.254)	-	(38.254)
Ajuste a valor presente	(73.994)	(59.820)	(55.278)	(59.820)	(55.278)
Juros sobre arrendamentos a pagar	(217.713)	(249.467)	(209.185)	(249.467)	(209.185)
Outras despesas financeiras	(1.340)	(336)	(150)	(336)	(150)
	(1.271.695)	(1.058.430)	(818.697)	(1.067.322)	(825.638)
Variação cambial					
Variação cambial líquida	220.517	(124.227)	536	(124.227)	536
	220.517	(124.227)	536	(124.227)	536
Resultado financeiro líquido	(706.090)	(682.213)	(369.401)	(604.130)	(333.487)

(a) As despesas financeiras com antecipação de recebíveis foram descontadas exclusivamente com o Havan Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (parte relacionada).

24. Outras receitas (despesas) operacionais

	Controladora			Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Receitas					
Receita deságio impostos	13.541	7.342	5.858	7.342	5.858
Receita crédito tributários extemporâneos	9.043	265.902	-	265.902	-
Outras receitas operacionais	1.662	5.724	683	5.724	683
Despesas					
Outras despesas operacionais	(9.575)	(7.608)	(9.061)	(7.608)	(9.061)
	14.671	271.360	(2.520)	271.360	(2.520)

25. Transações que não afetaram o caixa

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019, a Companhia efetuou certas transações que impactaram os saldos patrimoniais sem ter impacto no caixa. As transações estão abaixo sumarizadas:

	Controladora			Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Diferenças cambiais sobre conversão de operação no exterior	46.588	104.043	10.897	104.043	10.897
Reclassificação de imobilizado para direito de uso de arrendamento	-	-	70.373	-	70.373
Reclassificação de financiamentos para passivos de arrendamento	-	-	50.505	-	50.505
Adoção inicial e remensurações de arrendamentos	-	-	1.747.753	-	1.747.753
Adições e remensurações de arrendamentos	(194.581)	377.858	821.577	377.858	821.577
Financiamentos de estoque	-	117.358	291.157	117.358	291.157
Transferência de equipamentos de informática para o intangível	-	2.407	-	2.407	-
Dividendos destacados e não liquidados	199.214	6.274	69.608	6.274	69.608
Transferências de obras em andamento para partes relacionadas	-	5.927	-	5.927	-
Compensação ativos e passivos de partes relacionadas	-	88.666	-	88.666	-
Quitação de dividendos com investimentos	649.130	-	-	-	-

FAÇA SUAS PUBLICAÇÕES LEGAIS NO JORNAL DE MAIOR AUDIÊNCIA DE BRUSQUE E REGIÃO, COM SEGURANÇA GARANTIDA PELA CERTIFICAÇÃO DIGITAL ICP BRASIL.

47 3351-1980
publicidadelegal@omunicipio.com.br



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 04/03/2022.



Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de Publicações Legais no portal do jornal O Município acesse através do link: www.omunicipio.com.br/publicacoeslegais/

